



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 36 - Nº 710 - DE 24 DE MARÇO A 6 DE ABRIL DE 2024 - R\$ 5,00

60 anos do golpe militar de 1964



Condenar a ditadura militar lutando contra as tendências golpistas da ultradireita encarnada por Bolsonaro e seus generais

SOMENTE O PROLETARIADO NO PODER COLOCARÁ FIM À DITADURA DE CLASSE DA BURGUESIA SOBRE A MAIORIA OPRIMIDA

Fortalecer a construção do Partido Operário Revolucionário, como parte da Reconstrução da IV Internacional

32 anos de dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

A luta de Trotsky contra o restauracionismo estalinista



60 anos do golpe militar

As raízes da atual crise política

Em 31 de março/1º de abril, o golpe militar completa 60 anos. O presidente Lula decidiu que não ocorreriam manifestações oficiais. O ministro dos Direitos Humanos, Sílvio Almeida, se viu obrigado a cancelar uma cerimônia governamental que aconteceria em 1º de abril. O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro Filho, certamente convenceu o presidente de que a situação política não era propícia. O melhor a fazer seria obter um acordo com as Forças Armadas para que também não colocassem na ordem do dia a data do golpe. O governo Bolsonaro havia instigado os militares a defender os 21 anos de regime ditatorial. Em vez de golpe, haveria de se dizer “revolução de 1964”. O que teria salvado o Brasil da anarquia social e do comunismo. Essa foi justificativa da versão dada pelos Estados Unidos, que estiveram por trás dos generais que organizaram a conspiração para derrubar o governo nacionalista de João Goulart.

A Revolução Cubana de 1959 representou uma derrota para o domínio completo dos Estados Unidos sobre a América Latina. Prevalcia a estratégia da “Guerra Fria” para derrubar a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A vitória do movimento nacionalista de 26 de Julho liderado por Fidel Castro contra a ditadura de Fulgêncio Batista confluiu com uma situação convulsiva no continente latino-americano. As lutas camponesas e operárias tendiam a se juntar contra os governos e as oligarquias latifundiárias. No Brasil, sob o governo de João Goulart se potencializaram as Ligas Camponesas quando também se fortaleciam as lutas operárias. Os Estados Unidos desenvolveram a “Guerra Fria” na América Latina por meio de golpes de Estado e instalação de ditaduras militares. A experiência da guerrilha cubana não tinha como ser reproduzida mecanicamente. As tentativas fracassadas, no entanto, expuseram as profundas contradições da luta de classes na América Latina. Os Partidos Comunistas estalinizados até a medula serviam à política da burocracia soviética de coexistência pacífica, embora o imperialismo estivesse na ofensiva com os meios econômicos, políticos e militares da “Guerra Fria”.

Os governos nacionalistas se tornaram um obstáculo à potência norte-americana ao alimentarem medidas de desenvolvimento nacional, para superar o enorme atraso econômico e social. A ideologia da “Guerra Fria” catalogou tais governos como tendentes ao comunismo. A campanha golpista acusava burdamente João Goulart de pretender criar uma “República Sindicalista”. Isso por que o governo nacionalista se assentava na política de colaboração de classes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). A ultradireita e direita burguesas enraizadas na economia agrária latifundiária e subordinadas à penetração do capital monopolista desde sempre refletiram os interesses do imperialismo. As Forças Armadas não têm como refletir a necessidade da independência nacional, uma vez que é uma criatura das relações de propriedade e da oligarquia dominante. A imersão do nacionalismo burguês inevitavelmente alimentou cisões no aparato de poder da burguesia.

O golpe de 1964 resultou da derrota da fração nacionalista que havia se formado no interior das Forças Armadas. A posição de João Goulart de não resistir ao golpe evitou uma guerra civil. A fração francamente pró-imperialista assumiu o poder na forma de ditadura militar. Restabeleceu-se uma unidade monolítica que implicou varrer os militares nacionalistas formados no período varguista. O movimento da classe média, que foi impulsionado no estado de São Paulo pelo governador Adhemar de Barros, apoiado pela Igreja Católica, sob a bandeira “Marcha da Família com Deus e a Liberdade”, evidenciou a orientação ultradireitista do golpe de 1964.

O governo do general Humberto Castelo Branco, de 1964 a 1967, prometeu realizar uma transição ao poder civil, no entanto, foi o prólogo de 21 anos de ditadura militar. A tomada do poder pelas Forças Armadas resultou imediatamente em repressão aos sindicatos e movimentos. Não pôde logo de início expor plenamente seu caráter ditatorial. A Junta Militar passou a ditar Atos Institucionais.

Os quatro primeiros foram gradualmente cerceando as atividades da própria política burguesa: subordina o Congresso Nacional, extingue os partidos políticos, cria o sistema bipartidário e institui as eleições indiretas para governadores e impõe uma Constituição talhada pelos militares. Esse percurso dos quatro primeiros Atos Institucionais não havia ainda conseguido esmagar completamente as manifestações, principalmente estudantis. As greves operárias de Osasco e Contagem em 1968 confluíram com a resistência do movimento da juventude, dirigido pela União Nacional dos Estudantes (UNE). A ocupação de fábrica em Osasco foi o acontecimento da luta de classes mais importante no sentido da contestação à ditadura militar. Uma vez isolada, não teve como enfrentar a ditadura consolidada. A dissolução do Congresso da UNE, que se realizava de forma semiclandestina em Ibiúna (SP), e prisão de suas lideranças, marcaram o fim da resistência do movimento de massa.

O general-presidente Artur Costa e Silva decretou o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que concluiu a primeira fase de implantação do regime ditatorial. Estabeleceu-se a base jurídica de uma ditadura que passou a governar sem limite algum. Impunha-se pelo poder das armas uma disciplina de ferro à própria política burguesa e de eliminação de qualquer traço de liberdade sindical. Os órgãos de repressão – policiais e militares – foram autorizados a perseguir, prender, torturar, matar e ocultar corpos. É nesse momento que a ditadura militar assume características de regime fascista.

Anterior ao AI-5, já se esboçava a resistência armada de grupos foquistas, que foram se constituindo no processo de decomposição e divisão nas fileiras do estalinismo e do próprio nacionalismo pequeno-burguês. Estavam influenciados e motivados pela Revolução Cubana, pela orientação castro-guevarista e pela situação convulsiva na América Latina. A ditadura militar foi às últimas consequências para quebrar qualquer contestação ao seu poder. Depois da criação do Serviço Nacional de Informação (SNI), instituído em meados de 1964, a ditadura impôs a Operação Bandeirante (OBAN), vinculada ao Exército. Em seguida, vieram os DOI-CODI, em 1970, destinados a destruir a resistência armada. A ditadura chegou ao auge dos assassinatos, torturas e desaparecimentos.

Essa história marcada a sangue não tem como ser apagada. Mesmo alguns setores da política burguesa têm de se referir à ditadura militar a cada ano de seu aniversário. Os governos que vieram após o regime militar se mostraram indispostos ou incapazes de apurar e punir os crimes praticados sob a égide das Forças Armadas. Agora, Lula capitula, em meio às revelações do general Marco Antônio Freire Gomes e do brigadeiro Carlos de Almeida Baptista de que Bolsonaro conspirou para desfechar um golpe, negando-se a realizar demonstrações oficiais de condenação ao golpe de 64. O fato do golpe ter fracassado e as investigações contra Bolsonaro avançarem exigem expor as suas raízes históricas. A ultradireita bolsonarista, certamente, não se limita às altas patentes que procuraram impedir a posse de Lula. Um setor empresarial e uma camada de classe média deram claros sinais em favor de um golpe. O Partido Liberal (PL), que é a maior força no Congresso Nacional, e uma parcela significativa das igrejas evangélicas tiveram presença ostensiva nas articulações conspirativas. Constituiu-se um movimento antidemocrático a exemplo do que se passou em 1964, guardadas as devidas diferenças. Diante da negativa de Lula em retomar as denúncias aos crimes praticados pela ditadura, a CUT e movimentos populares se viram obrigados a realizar atos ultrarestritos em poucas cidades. Ao contrário, é preciso expor as raízes do golpismo bolsonarista que se encontram no movimento militar que levou ao golpe em 1964 e a 21 anos de ditadura. Essa posição política favorece a continuidade da ultradireita, que trabalha para montar uma contraofensiva, aproveitando das debilidades do próprio governo Lula. Distintamente, o Partido Operário Revolucionário alerta para a necessidade da classe operária lutar com seu programa próprio contra todas as variantes da política burguesa, e, em particular, contra a ultradireita que serve ao obscurantismo.

Carta aos trabalhadores e à juventude oprimida

60 anos do golpe militar e suas consequências para os explorados

*Lutar contra o poder da burguesia sob a estratégia revolucionária da classe operária
Combater com o internacionalismo proletário a escalada militar do imperialismo*

23 de março de 2024

Esta manifestação objetiva responder à tentativa de golpe fracassado em 8 de janeiro e ao genocídio na Faixa de Gaza. Condena o golpe militar de 1º de abril de 1964, que completará 60 anos. Foi convocado pela CUT, sindicatos, Frente Brasil Popular, Povo Sem Medo e outros movimentos sociais. Esses acontecimentos, de fato, exigem um posicionamento da classe operária e dos demais explorados. O que não deve se confundir com os objetivos políticos dos partidos e das direções sindicais e populares que a convoca.

O objetivo da “defesa da democracia” em geral não é um objetivo da classe operária, mas da política burguesa. Isso por que a democracia é um regime político de dominação de classe. É oposta à democracia operária. Por meio da democracia, a burguesia e seus partidos exercem a ditadura de classe da minoria capitalista sobre a maioria oprimida. Basta ver que todas as medidas econômicas e sociais promovidas pelo Congresso Nacional e pelos governos são contrárias às necessidades mais elementares dos trabalhadores. As contrarreformas trabalhista, previdenciária, tributária, a lei da terceirização, o marco temporal, o salário mínimo miserável etc. estão sendo impostos sob a democracia. Aqueles que dizem que a democracia pode servir tanto aos explorados quanto aos exploradores mentem descaradamente. A classe operária não deve se submeter aos partidos que comandam o Estado e, portanto, à democracia burguesa.

A estratégia da classe operária é a de acabar com o poder dos capitalistas. O que implica derrubar o Estado burguês, seus governos e seu aparato militar-policial, por meio da revolução social. Ou seja, implica constituir um Estado operário, regido pela democracia das massas oprimidas. A ditadura de classe da minoria burguesa sobre a maioria oprimida será substituída pela ditadura de classe da maioria oprimida sobre a minoria opressora.

Operários, demais trabalhadores e juventude oprimida, nosso movimento deve se libertar da estratégia burguesa, que, em nome da democracia, mantém o poder econômico da minoria e sua ditadura de classe. Condenamos e lutamos contra os golpes e as tentativas de golpes para substituir a democracia burguesa por uma regime antidemocrático e ditatorial.

O Partido Operário Revolucionário (POR) levantou a bandeira de “Abaixo o golpe” diante das manifestações da ultradireita bolsonarista e do 8 de janeiro. A política da classe operária distingue perfeitamente o regime burguês de democracia eleitoral do regime burguês que fecha o Congresso, intervém nos sindicatos, elimina as liberdades democráticas e impõe um governo baseado inteiramente no poder das Forças Armadas.

Em 1964, as Forças Armadas derrubaram o governo nacionalista de João Goulart (PTB). Intervieram nos sindicatos e prenderam as lideranças. A ditadura impôs um regime de terror para se manter diante das resistências da classe operária e das correntes que apoiavam o governo burguês de João Goulart. É bom lembrar que o regime militar esmagou as greves operárias de Osasco (SP) e Contagem (MG), bem como o movimento estudantil. O governo militar prendeu a vanguarda estudantil no Congresso de Ibiúna e fechou a UNE. Eis por que os trabalhadores e a juventude têm de estar à frente da luta contra qualquer golpe ou tentativa de golpe



de Estado. O que não significa que tenham de se submeter à política burguesa de sustentação da democracia formal. Aqueles que duvidaram de que esteve colocado um golpe em 8 de janeiro e que inclusive condenaram o POR pelo fato de ter levantado a bandeira de “Abaixo o Golpe” agora estão diante da comprovação mais do que patente, dada pelos próprios generais que participaram de reuniões com Bolsonaro para tratar de medidas que impediam a posse de Lula.

Sem dúvida, as diferenças da situação de março de 1964 e as de janeiro de 2023 são consideráveis. No entanto, do ponto de vista histórico guardam íntimas relações. Não é o caso de entrar em detalhes sobre a conspiração empresarial-militar que sempre está na base dos movimentos ditatoriais. É preciso assinalar que Bolsonaro, os empresários apoiadores e uma fração das Forças Armadas expressam uma política que tem suas raízes no golpe de 1964. Não por acaso, fizeram de tudo para que a Comissão Nacional da Verdade, instituída no governo de Dilma Rousseff em 2011, não fosse minimamente consequente na apuração dos crimes da ditadura militar.

O golpe institucional de 2016 serviu, entre outras ações, para liquidar as investigações sobre as torturas, assassinatos e desaparecimentos de presos políticos. Os militares recuperaram o terreno perdido no processo de democratização, que conclui com o fim do regime militar em 1985, reconstituindo os órgãos de segurança típicos de uma ditadura militar. Passaram ao ocupar cargos-chaves em toda a administração do Estado. Está aí um dos motivos fundamentais da resistência de Bolsonaro e seus generais de entregar a presidência da República a Lula (PT). Uma parcela significativa dos partidos burgueses que constituem o governo de frente ampla foi responsável pela destituição de Dilma Rousseff e pelo fortalecimento dos militares na cúpula governamental.

É sintomático que Lula, em nome da democracia, impediu o restabelecimento do processo aberto pela Comissão Nacional da Verdade e fez um acordo com seus chefes militares para que não se realizassem manifestações governamentais de crítica ao golpe de 1964. Sem dúvida, essa conduta política expõe as debilidades do terceiro mandato de Lula e a subserviência às forças políticas da frente ampla e das próprias Forças Armadas. Os aliados à esquerda, que dirigem centrais sindicais e movimentos, se viram

obrigados a realizar este ato à sombra do governo e da democracia oligárquica.

A manifestação multitudinária de Bolsonaro em 25 de fevereiro, na Avenida Paulista, representou uma contraofensiva da ultradireita que vem se reorganizando para se aproveitar da crise política em que se encontra mergulhado o governo da frente ampla. Avançaram as investigações sobre a conspiração golpista, prisões foram decretadas a cerca de 80 participantes da invasão da Praça dos Três Poderes, Bolsonaro teve seus direitos políticos cassados temporariamente e se discute a possibilidade de sua prisão. A ultradireita está pagando pelo seu erro de orquestrar um golpe de Estado sem que as condições políticas e sociais estivessem dadas, como estiveram em 1964. No entanto, continua atuante, alimentando-se da própria decomposição da democracia oligárquica e da incapacidade do governo Lula em resolver as profundas contradições econômicas e sociais que mantêm o Brasil em permanente crise.

No âmbito de sua política nacional-reformista, encarnada pelo PT e aliados de esquerda, se encontra a impossibilidade de reduzir o precipício que separa a minoria burguesa e a maioria oprimida. O assistencialismo governamental não deixa de ser um instrumento para conter a luta dos explorados e permitir a política de conciliação de classes, assumida pelas direções sindicais e populares. O problema está que seus efeitos são cada vez mais limitados diante da persistência da alta taxa de desemprego, subemprego e informalidade. O abandono da posição anterior dos governos petistas de recuperar o valor do salário mínimo, ainda que vagarosamente, é a prova de que Lula tem de seguir os ditames dos monopólios e do capital financeiro, que mantêm os governos em suas mãos valendo-se da gigantesca dívida pública e da diminuta capacidade de intervenção do Estado na economia. A manutenção das contrarreformas de Temer e Bolsonaro evidencia um continuísmo de política econômica, mesmo que modificada neste ou naquele aspecto. Essas contradições têm favorecido as forças políticas da oligarquia, que controlam o Congresso Nacional, ditam os rumos da democracia e abrigam a ultradireita golpista.

O enfrentamento da classe operária e demais trabalhadores à superexploração do trabalho e à pobreza, miséria e fome é o caminho para derrotar as posições da ultradireita e da política burguesa em geral. Este ato não deve se sujeitar à democracia burguesa em nome do combate ao golpismo e à ditadura militar. Deve, sim, se colocar pela defesa das reivindicações democráticas e pelo programa econômico de defesa da vida das massas. Deve levantar a bandeira da democracia operária, que começa por se instalar nos sindicatos e movimentos. O que implica varrer a política de conciliação de classes que submete as organizações dos trabalhadores ao Estado, à democracia e aos partidos burgueses. O que implica conquistar a independência do movimento operário, camponês e popular diante das forças políticas que servem ao Estado capitalista.

É muito importante, neste ato, levantar a bandeira de fim imediato da intervenção do Estado sionista na Faixa de Gaza e do genocídio do povo palestino. A luta pela autodeterminação da nação oprimida na Palestina é parte da luta geral contra a opressão imperialista exercida em todo o mundo. Palestinos e judeus terão de se unir para acabar com o colonialismo sionista e imperialista. O POR luta nesse terreno sob o programa e a estratégia de uma República socialista na Palestina e dos Estados Unidos Socialistas do Oriente Médio. Este ato deve exigir das centrais, principalmente da CUT, que rompam a passividade e convoquem imediatamente uma grande manifestação para retomar a luta contra o genocídio.

A guerra na Ucrânia não deve ser esquecida. Continua sendo um fator determinante na crise mundial e na escalada militar. O POR defende o fim imediato da guerra na Ucrânia, que acabe com o cerco militar da OTAN à Rússia, estabeleça uma paz sem anexação, que una a classe operária ucraniana e russa e de toda a Europa contra todo tipo de opressão capitalista.

Que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, ocupações e bloqueios!

Que a CUT e as demais centrais rompam a passividade e convoquem uma grande manifestação pelo fim da intervenção sionista na Faixa de Gaza e por uma paz sem anexação na Ucrânia!

Intervenção do POR no ato do dia 23 de Março

Manifestação em SP

Sua importância está em que condenou o golpe de 1964 e exigiu o fim do genocídio do povo palestino pelo Estado sionista de Israel

Sem a presença da classe operária, com sua estratégia própria de poder, prevaleceu o democratismo burguês

Neste sábado (23), a CUT, Frente Povo Sem Medo e outras organizações realizaram atos em várias capitais, para condenar o golpe de 1964, atacar a tentativa de golpe de Bolsonaro e exigir o cessar fogo na Faixa de Gaza. Seguindo a orientação do PT e aliados, as manifestações foram colocadas sob o objetivo de defesa da democracia. É muito importante a condenação do golpe militar e a defesa do povo palestino contra o genocídio. Esse conteúdo está de acordo com a luta dos explorados e dos povos oprimidos. Quanto à defesa da democracia, corresponde à estratégia burguesa de apoio ao governo burguês de Lula. O Partido Operário Revolucionário interveio com um Manifesto, demonstrando que a tentativa de golpe da ultradireita tem suas raízes no golpe de 1964 e defendendo a estratégia revolucionária de destruição do Estado sionista e constituição de uma República socialista na Palestina. A intervenção do POR, embora tenha sido impedido de se pronunciar no carro de som, se diferenciou e se chocou com a hipocrisia democratizante do PT, PCdoB, UP, PCB, PSOL etc.

A manifestação em São Paulo, no Largo São Francisco, poderia ter sido massiva se os sindicatos e centrais não utilizassem a manifestação para fazer apologia da democracia burguesa e do governo Lula.

Essa manifestação tinha inicialmente um caráter mais explícito de defesa da democracia e do governo, mas passou por uma mudança diante da posição de Lula, incorporando os 60 anos do golpe militar e a luta do povo palestino. Mas na prática, nas intervenções e posições defendidas pelos partidos e movimentos, foi governista e seguiu a orientação geral do petista de não criar animosidade com os militares. Citaram muitas vezes os militares de 64, mas calaram sobre o golpismo que sobrevive nas altas cúpulas das Forças Armadas até hoje. Não faltaram intervenções que levantaram a bandeira “sem anistia” para os bolsonaristas. O PCdoB chegou ao ponto de exaltar a frente ampla e defender sua ampliação para os estados e municípios. O PCB, cinicamente, em

sua intervenção, disse não entender o porquê de Lula ter cancelado as manifestações oficiais. O PSOL se manteve no limite da crítica à Bolsonaro e aos golpistas. O Resistência/PSOL, que enterrou a greve dos metroviários no final do ano passado, exaltou que o fim da ditadura militar trouxe a possibilidade dos trabalhadores se levantarem em greves por melhores condições de trabalho. Em comum, tinham todos a submissão às forças políticas da burguesia e ausência de qualquer traço de independência de classe. O POR foi impedido de intervir no carro de som sob a justificativa de que só falariam as Frentes que organizaram o ato, sem que houvesse qualquer chamado para essa construção. Como se vê, o ato pela “democracia” não teve sequer democracia interna.

Os sindicatos operários não compareceram. A classe operária não teve qualquer expressão nessa manifestação. O fato é que ela segue sendo massacrada nas fábricas, sujeita aos acordos traidores como foram os casos da GM, Mercedes e Volkswagen. Segue sujeita aos fechamentos de fábrica, como a Toyota de Indaiatuba, e segue sendo enganada por suas direções em relação a campanha salarial, amargando um piso que não chega a R\$ 2.000,00. A ausência da classe operária organizada permite que os partidos e movimentos pequeno-burgueses, de classe média, se imponham colocando seu programa. Nenhum desses problemas ou outros ligados à classe foram levantados nesta manifestação.

Está claro que a crise de direção é profunda e a vanguarda com consciência de classe está diante de uma tarefa dupla, combater o golpismo que sobrevive nas entranhas da democracia oligárquica, ao mesmo tempo que combate o governo burguês de Lula e sua conciliação de classes, que subordina os sindicatos e movimentos para a defesa de seus interesses, virando as costas às necessidades mais sentidas da classe operária e dos demais explorados.

Abaixo apresentamos uma entrevista para o canal Mesa de Debates, onde apresentamos a linha proletária para essa manifestação.

Entrevista do POR no ato para o Mesa de Debates

Uma saudação ao canal Mesa de Debates por estar sempre cobrindo as manifestações. E para a gente é importante, antes de falar sobre esse ato, falar sobre o contexto em que ele acontece. Contexto internacional, inclusive, que mostra que estamos diante de um crescimento do armamentismo, das tendências bélicas. Duas guerras em curso, guerra na Faixa de Gaza, guerra na Ucrânia, e os países estão investindo cada vez mais no armamento. A OTAN está se fortalecendo, o militarismo em geral está se fortalecendo. E no contexto

nacional, temos um governo que foi eleito passando para as massas a ideia de que estava combatendo as tendências fascistas, mas vemos hoje, mais claramente do que antes, que não é um governo de combate às tendências fascistas. Na verdade, é um governo de conciliação de classes, e que está inclusive conciliando com os militares, porque nós vimos aí que o governo Lula cancelou as manifestações oficiais do governo em relação aos 60 anos do golpe militar. Isso é um erro brutal. Os trabalhadores estão diante da necessidade de combater o golpismo sim, porque sabemos que o golpe militar dá origem a um regime que fecha os instrumentos de luta, fecha o sindicato, acaba com as eleições, fecha as organizações do movimento estudantil, como aconteceu a partir de 1964. Por isso nós temos a tarefa de impedir qualquer aventura, qualquer tentativa de golpismo. Mas para combater o golpismo não se deve conciliar, e nem se deve apoiar a política da Frente Ampla, a política de conciliação de classes do Governo Lula. Esta é a grande tarefa dos trabalhadores, dos explorados, combater em duas frentes simultâneas, por um lado combater o governo de conciliação de classes e por outro combater o bolsonarismo, o golpismo e os militares. Essas bandeiras que estão gritando ali, “sem anistia”, “combater o golpismo”, “os bolsonaristas”, só podem ser realizadas pelos trabalhadores organizados, nos seus instrumentos de classe, nos sindicatos e no partido. Por isso nós do POR defendemos que nessa manifestação temos que levantar uma plataforma de reivindicação dos trabalhadores, que defenda os empregos, os salários, que combata a miséria, que combata a fome, porque só com a organização própria dos trabalhadores que vamos conseguir combater nessas duas frentes: Combater a Frente Ampla burguesa do Lula e combater o golpismo bolsonarista e os militares. Essa é a saída, nada de conciliação e nada de apostar em saídas eleitorais, como a gente vê aqui muitas das correntes defendendo que a eleição de fulano ou de ciclano é que vai resolver o problema, não vai. Só nossos instrumentos próprios de luta, confiando nas nossas próprias forças. Essa é a linha proletária para esse ato.



Generais revelam detalhes da conspiração golpista

As manifestações bolsonaristas, as motociatas, os acampamentos em frente a quartéis, os bloqueios dos caminhoneiros, a realização de uma reunião com diplomatas de vários países, a ofensiva no Congresso Nacional para mudar o sistema eleitoral, o 7 de setembro de 2022, as bandeiras de fechamento do Congresso, de volta dos militares ao poder etc., foram sinais de que Bolsonaro resistia ao restabelecimento dos direitos políticos a Lula e à sua candidatura presidencial. As ações contrárias à posse de Lula que culminaram com a ocupação da Praça dos Três Poderes em 8 de janeiro estiveram alicerçadas e impulsionadas por uma ativa organização da ultradireita, apoiada em uma numerosa camada da classe média, incentivada por grupos empresariais e orientada por altas patentes das Forças Armadas. Estava visível que os acampamentos contavam com estrutura organizativa, consentimento dos comandantes do Exército e orientação política vindo do próprio

núcleo governamental. A participação de parlamentares seguia o envolvimento do Partido Liberal (PL), setores das igrejas evangélicas, destacados pastores e figuras menos visíveis da ultradireita católica.

A derrocada do governo Bolsonaro no período da pandemia avivou as forças mais obscurantistas da política burguesa no sentido de sustentá-lo por meio de ações políticas. As manifestações da oposição, liderada pelo PT, sob a bandeira “Fora Bolsonaro e Impeachment” foram respondidas pelas forças bolsonaristas com manifestações de rua. A polarização política em torno à presidência da República se iniciou bem antes do calendário eleitoral. O golpismo, portanto, foi se gestando e ganhando força no processo eleitoral. Percurso esse que expôs as fraturas na política burguesa e o aumento da influência dos militares sobre a governabilidade, que cresceu com o golpe institucional desfechado contra Dilma

Rousseff e o PT, em 2016. Os governos de Temer e Bolsonaro abriram as comportas dos postos políticos no Estado aos militares. Houve, pode-se dizer, uma remilitarização da política burguesa após um período de afastamento relativo das Forças Armadas com o fim da ditadura e a redemocratização a partir de 1985.

A presidência de Bolsonaro foi marcada pela elevação dos militares à condição de governantes diretos. Não por acaso, houve cisões na alta patente em torno às diretrizes ultradireitistas. Bolsonaro afastou os renitentes e deu poderes a uma camarilha que passou a ter amplos poderes na condução do governo. Essa constituição político-militar explica a resistência de Bolsonaro em entregar o poder a Lula/PT nas condições de eleições polarizadas. Os métodos golpistas têm suas raízes no fortalecimento da influência da política das armas sobre as armas da política burguesa.

Os depoimentos do general Marco Antônio Freire Gomes, ex-comandante do Exército, e do brigadeiro Carlos Almeida Baptista Júnior, ex-comandante da Aeronáutica, confirmou a conspiração golpista montada pelo presidente Bolsonaro e ministro da Defesa, o general Paulo Sérgio Nogueira, circundados por uma plêiade de alta patente bolsonarista. Ao ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, foi reservado o papel de institucionalizador do golpe. A minuta que previa a decretação de medidas de exceção (Garantia da Lei e da Ordem e Estado de Defesa) foi apresentada e discutida em reuniões do presidente com seus ministros. A informação de que Anderson Torres se apoiou em pareceres do jurista Ives Gandra Martins tem tudo para ser real. Trata-se de um velho militante da ultradireita, vinculado à ditadura militar, que advoga a tese de que às Forças Armadas é atribuída pela Constituição a função de “poder moderador”. A exposição do movimento conspirativo é o mais importante do ponto de vista da política.

O fenômeno do bolsonarismo se gestou nas entranhas da democracia oligárquica. Tem suas sementes plantadas no terreno da fértil crise política que se arrasta desde o esgotamento de vinte e um anos de ditadura militar. O impeachment do primeiro presidente eleito, Fernando Collor de Mello, assinalou o futuro da instabilidade do regime político que sucedeu ao da ditadura militar. A derrubada da presidenta Dilma Rousseff foi o ponto mais alto de sua manifestação. Voltou a se elevar com o aventureiro e fracassado golpe de Estado de 8 de janeiro.

O problema está em que o governo Lula renasceu ainda mais frágil que nos seus dois mandatos anteriores. Está inteiramente nas mãos do Congresso Nacional oligárquico, controlado pela direita e ultradireita burguesas. E tem de tratar os militares com a máxima vênua. É de muita importância o desfecho do processo que poderá ser aberto contra Bolsonaro. Sua indicição por ter falsificado um cartão de vacina é ninharia. O problema está em que a conspiração golpista envolve praticamente toda a cúpula governamental. O general Marco Antônio e o brigadeiro Carlos Almeida se opuseram ao golpe, segundo suas afirmações, o que pode ser real. Uma unidade do comando das Forças Armadas poderia incentivar os bolsonaristas a irem mais longe na aventura. A CPMI do 8 de janeiro identificou mais de 50 militares envolvidos. Figuras como os

generais Paulo Sérgio, Walter Braga Netto e Augusto Heleno, bem como o almirante, comandante da Marinha, Almir Garnier Santos, são tão responsáveis quanto Bolsonaro, o seu ministro da Defesa Anderson Torres e o ajudante de ordem Mauro Cid.

Não haveria o 8 de janeiro se essas autoridades máximas da República não tivessem trilhado o caminho do impedimento da posse de Lula. Nenhum, até o presente momento, a não ser Mauro Cid e Anderson Torres sofreram prisão. Essa é a prescrição do ordenamento jurídico do Estado. A acusação de atentado ao Estado de Direito está posta nas investigações. Analistas afirmam que a possibilidade de confinamento de Bolsonaro é grande. Não se sabe ainda o que espera os militares de alta patente. A punição severa aos golpistas depende da correlação de forças na política burguesa e nas entranhas da burocracia do Estado. Porta-vozes do bolsonarismo falam em anistia e reconciliação. Na manifestação de 25 de janeiro, na Av. Paulista, milhares de manifestantes aplaudiram Bolsonaro e o pastor Malafaia. Foi uma demonstração de capacidade de resistência. Qualquer que seja a solução do conflito entre os atuais governistas e golpistas resultará de acordos no interior da política burguesa. As bandeiras de prisão ou de anistia aos golpistas fazem parte dessa relação em torno ao poder do Estado burguês. A ultradireita conjuntamente se identificou com o bolsonarismo. O fundamental está em que expressa uma poderosa fração da classe capitalista, que se apoia em uma ampla parcela da classe média. Com ou sem Bolsonaro e seus militares, essa fração continuará a se potenciar. A explicação está em que emerge da profunda crise estrutural do capitalismo brasileiro e mundial.

O fracasso do velho nacionalismo e o do novo nacional-reformismo assumido pelo PT e aliados de esquerda resulta em manter, e mesmo ampliar, a polarização entre a minoria capitalista altamente concentradora de riqueza e a maioria oprimida altamente atingida pela pobreza e miséria. As contradições econômicas e sociais são contundentes. Em geral, não regridem e apenas ilusoriamente se amenizam, apesar do assistencialismo das políticas afirmativas.

Neste um ano e meio de governo, Lula não fez senão se equilibrar entre as forças burguesas que respondem pelas diretrizes estratégicas do Estado. Os sindicatos, centrais e movimentos se alimentam dos choques nos meandros da política burguesa. Suas direções se acham completamente na dependência dos zigue-zagues de Lula entre a direita e centro-direita. Valem-se das pressões políticas que encantam o bolsonarismo para justificar a colaboração de classes e manter o apoio ao governo de frente ampla de Lula. A classe operária e a maioria oprimida refletem a crise e as divisões interburguesas que vêm de cima.

A política do proletariado parte da luta pelas necessidades mais elementares e do programa de reivindicações próprias. A independência política diante das disputas no interior do Estado é a condição para combater as tendências ultradireitistas sem se subordinar às tendências do nacional-reformismo democratizante. O Partido Operário Revolucionário se guia pela estratégia da revolução social no mar revolto da crise econômica e política.

Os ultradireitistas Tarcísio e Caiado representam o apoio do poder econômico ao Estado sionista

Os governadores de São Paulo, Tarcísio de Freitas, do partido Republicanos, e de Goiás, Ronaldo Caiado, do União Brasil, ambos representantes da ultradireita e aspirantes à presidência da República em 2026, embarcaram para Israel para dar o seu apoio ao 1º ministro Benyamin Netanyahu à guerra da Faixa de Gaza.

A escolha do momento se deve às declarações do Estado sionista contra o discurso de Lula, que vinculou a matança em Gaza ao Holocausto do povo judeu praticado por Hitler, e a repercussão das atitudes de Netanyahu que resolveu humilhar o embaixador brasileiro e o próprio Lula. Apesar da retratação

envergonhada de Lula, o acontecimento continua repercutindo nos meios de comunicação. Mas se deve, também, à insistência dos pedidos da África do Sul à Corte Internacional de um cessar fogo e ajuda humanitária.

A situação calamitosa da guerra, como 32 mil mortos em cinco meses de conflagração, e a fome generalizada dos 2 milhões e meio de palestinos, tem pressionado o governo de Israel a um cessar fogo para que haja a entrega da ajuda humanitária a um povo que morre pela fome e bombardeios. O fato de cada 3 crianças 1 morrer de fome nos últimos dias vem provocando uma comoção social em várias partes do mundo. O que obriga o governo dos Estados Unidos, França e outros, demagogicamente, discursarem em favor da ajuda humanitária à população de Gaza.

Tarcísio e Caiado fazem parte do comboio de governos ultradireitistas que se dirigem a Israel para apoiar a diretriz dos Estados Unidos e Israel de ocupar a Faixa de Gaza, região controlada por Hamas, rica em petróleo e gás. Os dois governadores seguiram os exemplos de Trump, Bolsonaro, Milei, para citar apenas os governos da América.

Tarcísio e Caiado aceitaram o convite de uma ONG sionista e aproveitaram para pedir uma audiência com Netanyahu, que prontamente incluiu em sua agenda. Saíram do Brasil dizendo que se tratava de uma “missão oficial”, mas logo foi desmentida pela embaixada de Israel no Brasil, ressaltando que se trata de uma visita de apoio a Israel.

Para que não fossem alvos de denúncias de estarem usando a prerrogativa de governadores e os recursos públicos para uma viagem de quase uma semana, os bolsonaristas Tarcísio e Caiado justificaram que estão em viagem de “negócios”. O certo é que foram estender suas mãos às ações sanguinárias dos Estados Unidos e seu enclave no Oriente Médio, Israel.

De 18 a 22 de março, os porta-vozes da ultradireita brasileira acabaram se encontrando com Netanyahu e com o ministro das Relações Exteriores, Israel Katz, responsável pelos depoimentos proferidos condenando Lula e o embaixador brasileiro Frederico Meyer, no Museu do Holocausto. Faz parte dessa viagem as visitas turísticas ao Monte das Oliveiras, Jerusalém, Museu do Holocausto etc.

Enquanto Tarcísio e Caiado estendem as mãos aos genocidas, Netanyahu ordena a invasão ao único hospital da Faixa de Gaza, matando mais crianças, mulheres e feridos, que se abrigavam no local. Enquanto mentem aos brasileiros, crianças esfomeadas se enfileiram batendo as panelas vazias. Enquanto vão explicitar seu apoio ao Estado sionista, dezenas de jovens e trabalhadores estão sendo assassinados na Baixada Santista, a mando de Tarcísio e de seu Secretário de Segurança, Derrite.

Tarcísio, Caiado, Milei, Bolsonaro e Trump são as expressões da fração burguesa ultradireitista, que ganhou força com o fracasso dos governos tidos como democratas e nacional-reformistas, Biden, Fernández, Dilma etc. Tarcísio e Caiado se preparam para ocupar o posto de Lula nas próximas eleições, apostando na sua incapacidade de cumprir as promessas eleitorais feitas à maioria da população pobre.

O espertalhão Tarcísio coloca os pés nas duas canoas. Comparece nos eventos promovidos por Lula e sobe no palanque em apoio aos golpistas, como ocorreu em 25 de fevereiro. Lula, por sua vez, procura agradar os governadores de oposição, impulsionando os projetos privatizantes, de interesse dos governadores Tarcísio e Caiado, para citar apenas esses dois. O descarado apoio ao genocídio evidencia a enorme influência do imperialismo norte-americano e da burguesia judia no interior do Estado brasileiro. Os dois governadores ultradireitistas se escoram nas posições pró-sionistas da maior parte da burguesia para afrontar as críticas de Lula ao genocídio e a diretriz diplomática do Brasil de exigir um cessar-fogo.

O silêncio de Lula é mais uma indicação de sua debilidade diante da ultradireita e da direita burguesas, que estão francamente a favor do Estado sionista. É sintomático que os sindicatos e movimentos não tenham feito uma campanha entre os trabalhadores de denúncia desse gesto sanguinário de Tarcísio e Caiado. O Partido Operário Revolucionário denuncia aos trabalhadores qualquer apoio à guerra dos sionistas contra o povo palestino. Luta pelo direito à autodeterminação da nação oprimida, pelo fim do Estado sionista e por uma República Socialista que una palestinos e judeus.

Manifesto do Partido Operário Revolucionário

Abaixo a política criminoso de Tarcísio! Pelo fim imediato das Operações assassinas da polícia de São Paulo! Por um Tribunal Popular para investigar e punir os responsáveis pela matança na Baixada Santista!

18 de março de 2024

O governador bolsonarista Tarcísio de Freitas e seu secretário de Segurança Pública, o sanguinário coronel Guilherme Derrite, estão realizando a maior matança de jovens e de trabalhadores na Baixada Santista. Autodenominaram de Operação Escudo e Operação Verão. A primeira iniciou em julho do ano passado e durou 40 dias, foi de terror para os moradores dos bairros pobres da região. Os que eram considerados suspeitos pela morte do policial militar da Rota, Patrick Bastos Reis, foram exterminados a mando do governador e de seu secretário. Oficialmente, foram computados 28 assassinatos. A segunda é ainda muito mais letal que a primeira. Em um mês, mais de quatro dezenas de moradores foram

assassinados. Segundo Tarcísio, a Operação Verão não tem prazo para encerrar. O número de assassinatos cresce dia a dia. Já são 47.

Diante das denúncias de organizações de direitos humanos sobre a matança, Tarcísio respondeu “não estou nem aí”. Certamente, implementa o slogan da polícia de “bandido bom, é bandido morto”. Diz que a Operação Verão está a serviço do combate ao “crime organizado” e que o crescimento de mortes é consequência da “reação violenta de criminosos”. No entanto, vem sendo pressionado pelos organismos de direitos humanos, que exigem investigação e punição aos culpados. Faz parte das denúncias o fato de o governador rejeitar a decisão de implementar as câmaras



nos uniformes dos policiais, impedindo que haja qualquer investigação sobre a polícia. A própria Ouvidoria de Polícia, mediante relatos de parentes de vítimas, considera, demagogicamente, que é preciso investigar os “excessos” policiais.

Na realidade, uma das promessas de Tarcísio foi e é o fortalecimento do Estado policial. Apoia-se em uma camada reacionária da classe média, para quem é preciso conter o crime organizado por meio de matanças, que tem como uma de suas atividades essenciais o tráfico de drogas. Justifica os êxitos das Operações militares como uma “exigência da sociedade”, usando o discurso de que não poderá deixar a sociedade refém da bandidagem. Ao invés de enfrentar a fração da burguesia narcotraficante, o governador leva a cabo o extermínio de uma parcela da população pobre, que inclui a juventude negra que vive na periferia. Assim, nos primeiros sete meses de governo, a polícia de Tarcísio eliminou 185 pessoas, um aumento de 24% em relação ao período anterior. As Operações na Baixada Santista vieram à tona porque concentraram em pouco tempo o maior extermínio. Mas, em todos os bairros pobres da capital, a polícia vem causando assassinatos diariamente. Trata-se, como dissemos, de uma política de Estado.

Por outro lado, as direções sindicais e dos movimentos sociais continuam “lamentando” a quantidade de assassinatos e insistindo para que o governo abra uma investigação sobre as ações dos policiais, sob a orientação de que há “excessos” e que é preciso que haja uma polícia “mais humanitária”. Até o momento, não houve nenhuma manifestação massiva contra essa matança. As manifestações são pontuais, geralmente motivadas pelo desespero das famílias, que estão assistindo seus filhos tombarem diariamente.

O Partido Operário Revolucionário (POR) denuncia os extermínios praticados pelo Estado policial, sob a máscara da democracia e da proteção à sociedade. Defende que as direções sindicais, estudantis e movimentos populares convoquem manifestações massivas contra a política criminosa de Tarcísio. Que a classe operária e demais trabalhadores se coloquem pelo fim das Operações militares do governador, exigindo que suas direções convoquem as manifestações.

Faz parte da campanha do POR mostrar que o aumento da criminalidade é consequência das contradições da sociedade de classe e da desagregação do capitalismo. Sua decomposição traz consigo o apodrecimento da sociedade de classes, onde uma minoria concentra toda a riqueza, enquanto a maioria padece com o desemprego, subemprego, fome e miséria. O fato da burguesia e de seus governantes não solucionarem o crescimento do número de jovens sem trabalho e fora da escola revela a total incapacidade de resolver uma tarefa, que é democrática. Essa massa de jovens, concentrada nas capitais, sem nenhuma perspectiva, tem sido arrastada pelo crime organizado, que é controlado pela burguesia narcotraficante. Burguesia essa que é protegida pelo próprio Estado, e pelos capitalistas que se valem dessa forma de mercadoria e transação financeira. Sem combater essa fração da burguesia não tem como erradicar o tráfico de drogas, que tomou conta da capital paulista, em particular da Baixada Santista, local de exportação da droga. A Cracolândia no centro de São Paulo retrata a barbárie à

luz do dia. Trata-se de uma expansão mundial que afeta as massas oprimidas em toda a parte e impulsiona decomposição social de camadas inteiras da classe média.

A defesa de um contingente da população pobre, que não vê alternativa de sobrevivência a não ser se vincular a esse negócio mafioso da burguesia, contra a matança policial é um dever da vanguarda revolucionária. Para isso, a luta pelo programa da classe operária de defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas certamente é de proteção à maioria explorada e, em particular, à juventude oprimida. Diferentemente daqueles que pedem que o próprio Estado e suas instituições investiguem as ações da polícia, o POR defende os métodos próprios do proletariado, a luta direta, nas ruas, para constituir os tribunais populares, órgãos dos explorados para julgar e punir os crimes de Tarcísio e de seu Secretário Derrite.

O ato de 18 de março não deve alimentar a ilusão de que, por meio de eleições e da “democratização” do Estado, se encontrarão soluções para a tragédia do narcotráfico e de todo tipo de marginalidade que brota da sociedade de classes em decomposição. A questão não se resolverá nem com a brutal repressão policial, nem com a idealização de uma política de segurança pública menos letal. A juventude e pais de família não seriam arrastados à criminalidade se tivesse emprego, salário, direitos trabalhistas, moradia, saúde e educação a todos. Ao contrário, o capitalismo em decomposição impulsiona o desemprego, o subemprego, a informalidade, as favelas e os moradores de rua. O salário mínimo ajustado pelo governo Lula não cobre minimamente as necessidades da família trabalhadora. São milhões que ganham de 1 a menos de 1 salário mínimo. Com a reforma trabalhista e previdenciária, além da Lei da Terceirização, os assalariados estão sendo sacrificados na carne. No entanto, as contrarreformas de Temer e Bolsonaro continuam sendo aplicadas por todos os governantes.

O POR identifica a violência policial como consequência dessas contradições do capitalismo. O ponto de partida para combatê-la está na defesa do programa de reivindicações dos explorados e dos métodos de luta da classe operária. Devemos, neste ato, condenar a política obscurantista e reacionária do governador Tarcísio, mas com o objetivo de pôr em pé um movimento em defesa da unidade dos explorados e da juventude em torno às reivindicações fundamentais. Cabe a este ato levantar a bandeira de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, pelos empregos, salários, direitos trabalhistas, pela revogação de todas as contrarreformas, por um Tribunal Popular organizado pelos sindicatos e movimentos para julgar os crimes da burguesia contra os trabalhadores e à juventude oprimida. Somente a luta consciente e organizada pode enfrentar o Estado policial e combater o capitalismo em decomposição.

Abaixo a política criminosa de Tarcísio!

Pelo fim imediato das Operações assassinas da polícia de São Paulo!

Por um Tribunal Popular para investigar e punir os responsáveis pela matança na Baixada Santista!

Pela convocação de um Dia Nacional de Luta, em defesa das condições de existência da maioria oprimida!



Intervenção do POR no ato contra a matança no litoral

Manifestação condena a política assassina no governo de SP

Pelo fim imediato da matança no litoral de SP

Aconteceu no dia 18 de março uma manifestação de repúdio às operações da PM na Baixada Santista, chamadas de Operação Escudo e Operação Verão. Já são mais de 70 pessoas assassinadas pela polícia do estado de SP, sob a condução e proteção do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) e seu secretário de segurança pública, Guilherme Derrite.

A Manifestação contou com dezenas de trabalhadores, muitos vindos da Baixada Santista e do Rio de Janeiro, trazidos pelos movimentos organizadores do ato. Isso deu à manifestação um caráter proletário, classista, com conteúdo de fortes denúncias feitas pelos familiares de alguns dos assassinados.

O POR interveio na manifestação com seu manifesto e fala no carro de som. Um jovem que recebeu nosso manifesto, ao ver uns engravatados saindo da Faculdade de Direito da USP, pediu mais manifestos e entregou nas mãos de um por um que passava, gritando com eles para fazer alguma coisa, para ver o que estava acontecendo etc. Muitas pessoas que fizeram intervenções no aparelho de som se mostraram cansadas de fazer uma manifestação a cada morte ou a cada conjunto de mortes provocadas pela polícia, sem, no entanto, ver a situação mudar. De fato, essas manifestações costumam ganhar um caráter simbólico, com pouca participação, o que não tem grande impacto na condução da política pelos governos. Trata-se então, de defender uma linha política que vincule a violência policial com a política mais geral do governo e pressionar para que as direções políticas saiam da letargia e organizem a luta a partir das bases, convocando manifestações massivas, com paralisações, greves e bloqueios. Além de defender uma investigação independente, através de um Tribunal Popular, organizado pelos sindicatos, para denunciar, investigar e punir os crimes de classe promovidos pela burguesia e seus governos.

Operação Escudo + Operação Verão = Operação Vingança

As operações, que têm ganhado o nome popular de Operação Vingança, ocorreram depois da morte de dois policiais no ano passado e outros dois esse ano. São inúmeros os casos de denúncias de moradores, familiares e setores da mídia, de que a polícia chega nas favelas e bairros periféricos “apavorando a população”, “botando medo”, “atirando em qualquer um” etc. Muitos dos mortos são menores de idade. As operações “Escudo” são frequentes e ocorrem sempre que um policial é morto, no objetivo de retaliação, já as operações “Verão” acontecem nesta estação, segundo a justificativa do governo, para coibir crimes nas regiões frequentadas por turistas. A mudança de nome neste caso indica mais uma mudança tática do governo diante da imprensa, pois está claro que se trata da continuidade da Operação Escudo iniciada no final do ano passado. São os mesmos métodos e com letalidade ainda maior (65% mais mortes).

Diante das denúncias e de um documento enviado à Organização das Nações Unidas (ONU) pela Defensoria Pública de São Paulo, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a Conectas Direitos Humanos e o Instituto Vladimir Herzog, o governador deu de ombros, e falou em uma entrevista, “não estou nem aí”, afirman-



do que as operações vão continuar. Isso porque seu governo está apoiado em uma ampla camada da burguesia paulista que apoia sua política geral, privatista, entreguista, antioperária e antipopular, e não tem qualquer disposição em se chocar com o governo por conta de suas ações policiais. Por outro lado, está apoiado também em outra parcela burguesa e pequeno-burguesa, ultradireitista, bolsonarista, que apoia explicitamente a matança de pobres e pretos nas favelas. Por cima, o governo federal faz vista grossa para o banho de sangue que está acontecendo em SP, enquanto apoia a política direitista do governo. Lula há poucas semanas esteve em SP aos abraços com Tarcísio, celebrando mais uma parceria econômica. Como se vê, as denúncias são importantes, mas completamente insuficientes para fazer parar a matança, além de não se poder contar com aqueles que disseram, nas últimas eleições, que estavam derrotando o fascismo nas urnas.

Não são os métodos da institucionalidade burguesa que podem parar Tarcísio. São os métodos da luta de classes. Não é por acaso que o momento em que o governo esteve mais abalado, tenha sido justamente durante a greve dos metroviários, dos trabalhadores da CPTM e da Sabesp. Foi com a produção parcialmente interrompida e com a população apoiando massivamente a greve, que o governo se viu pressionado. Desgraçadamente, as direções sindicais não deram continuidade ao movimento, permitindo que o governo recuperasse fôlego e seguisse em seus planos privatistas, entregando primeiro a Sabesp.

Aí está a necessidade de organizar um movimento forte, sob a direção da classe operária e demais setores que estão com a cabeça sob a espada burguesa do governo, como os metroviários e ferroviários, que se utilize dos métodos próprios de luta dos trabalhadores, a greve, os bloqueios, as manifestações massivas. É por esse caminho que se poderá derrotar o governo Tarcísio em suas duas principais frentes de atuação, sua política privatista e sua política de morte com as ações policiais. Não é possível combater uma frente sem combater a outra. Estão ligadas desde o nascedouro. A justificativa do governo para as operações são de combate à criminalidade, que de fato tem crescido no estado de SP e no restante do país. Mas sua raiz passa longe do suposto combate do governo. O aumento da criminalidade é reflexo direto do aumento da miséria, desemprego, subemprego e fome. É nesse terreno que cresce a barbárie social e amplas massas de trabalhadores e jovens que sequer conseguiram iniciar no trabalho, são empurrados para servir de soldados da burguesia narcotraficante que controla o tráfico dentro e fora do país. A PM de Tarcísio não chega nem perto dessa fração burguesa, parasita, que usa milhares de jovens como seus escudos.

CONTINUA →

É tarefa da vanguarda com consciência de classe lutar para que as direções políticas encarnem esse movimento e convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como forma de combater a degradação da vida social, defendendo os empregos, os salários, o fim das terceirizações e das privatizações, e o fim da violência policial, através de um Tribunal Popular. Só um movimento forte, organizado e classista pode cumprir essa tarefa.

Transcrição da intervenção do POR

Boa noite, camaradas. Falo em nome do Partido Operário Revolucionário. Nós distribuimos aqui um manifesto, e também está nas nossas redes, que levanta as seguintes bandeiras: Abaixo a política criminoso de Tarcísio; Pelo fim imediato das operações assassinas da polícia do Estado de São Paulo; Por um tribunal popular para julgar os crimes da burguesia e os assassinatos que acontecem na Baixada Santista; e pela convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Essas bandeiras são aquelas que unificam os trabalhadores, que unificam os explorados para combater esse governo ultradireitista, esse governo reacionário, esse governo assassino. Porque se a polícia aperta o gatilho, ela tem um mandante, e o mandante é Tarcísio!

Tarcísio falou por aí que “tanto faz”, que não está nem aí para as denúncias. É porque a pressão da mídia, a pressão humanitária, não servem. Não é a língua que o governo entende. Não é a língua que o Tarcísio entende. A língua que o governo entende, a língua que o patrão entende, é a língua da greve, é a língua da máquina parada, é a língua da manifestação massiva. Essa é a nossa língua.

Por isso, camaradas, nós dizemos que não podemos ter ilusões, nenhuma ilusão na reforma da polícia, nenhuma ilusão em humanizar a polícia, nenhuma ilusão de que as eleições vão resolver o nosso problema. Nós devemos confiar em nossas próprias forças. Porque a polícia é o braço armado do Estado, e aquela consigna que eles têm lá na bandeira deles: “Servir e proteger” significa, Servir a burguesia e proteger a propriedade privada. Não é nenhuma outra função da polícia.

Para concluir, camaradas, nós dizemos que é preciso que as direções dos movimentos sociais, dos sindicatos, principalmente, porque o sindicato é o que organiza os trabalhadores, eles precisam estar nessa luta, chamar suas bases, convocar as assembleias, para convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações, bloqueios, para parar essa matança, e para reivindicar os demais direitos dos trabalhadores. Por fim, camaradas, levantamos a bandeira de um Tribunal Popular para julgar os crimes da polícia e do governo Tarcísio. Porque não será a polícia [justiça] que vai julgar os crimes da própria polícia. Obrigado, camaradas.

Judiciário absolve militares que assassinaram Cláudia Ferreira



O caso de Cláudia Silva Ferreira teve grande repercussão na mídia em 2014. Assassinada pela Polícia Militar, o corpo da trabalhadora foi colocado em um porta-malas/camburão aberto, caiu e foi arrastado

no asfalto por 350 metros. Dez anos após o caso, a justiça burguesa,

finalmente, absolveu o conjunto de militares envolvidos no crime. O juiz alegou que os assassinos agiram em legítima defesa; que a morte de Cláudia ocorreu por um “erro de execução”; e que os policiais que cometeram fraude processual apenas tentaram socorrer a vítima.

Já em 2014, o POR afirmou que o assassinato ficaria impune, isso porque a burguesia não pode punir a si própria ou ao seu braço armado. O Estado burguês é responsável por mais esse assassinato, o que reforça a necessidade de levantar um movimento forte que possa impor um Tribunal Popular. Somente a classe operária em luta, com seu próprio programa, poderá julgar e punir os crimes de classe cometidos pela burguesia e seus governos.

Eleições municipais em Pernambuco: PT rasteja atrás das oligarquias

Subordinado às articulações nacionais, o diretório estadual do PT já abriu mão de lançar candidatura própria à prefeitura do Recife e procura indicar o vice na chapa de João Campos (PSB). O partido, comandado pela família Arraes, ao longo das últimas décadas, oscilou entre momentos de grande proximidade com o PT e outros em que mergulhou no antipetismo.

As alas do PT, capitaneadas pelos senadores Humberto Costa e Teresa Leitão, disputam a vaga de vice com as pré-candidaturas do ex-presidente da CUT-PE Carlos Veras e do médico Mozart Sales. João Campos, porém, não dá nenhuma garantia de que o PT ocupará o posto de vice em sua chapa e ainda afirma que não tem pressa para fazer a escolha, que se dará nas convenções partidárias. O interesse no cargo é grande, considerando a alta popularidade do prefeito, as grandes chances de vitória na reeleição e a possibilidade de que salte ao posto de governador, levando o vice a se tornar prefeito por dois anos.

Durou pouco a pré-candidatura de Rosa Amorim à prefeitura de Caruaru. Rosa é dirigente da UNE e deputada estadual pelo Movimento Brasil Popular, corrente criada após o MST decretar

o fim da Consulta Popular e adotar uma linha de se integrar mais fortemente no PT, com candidaturas diretas. O PT já fechou apoio a José Queiroz (PDT), expressão de outra família oligárquica, cujo partido oscila entre a coligação com o PT e a subordinação à governadora Raquel Lyra. Mostrando a adaptação à política burguesa, Rosa, que nas manifestações de rua tem se destacado pelas falas mais lulistas, já se comprometeu em apoiar a candidatura de Queiroz. Nessas movimentações, mostra-se a profunda estatização das organizações de massa, com suas lideranças seguindo o carreirismo na política burguesa. Além disso, confirma que o PT, para governar, prometia combater as oligarquias, quando na realidade precisou se subordinar a elas e se prestar ao jogo sujo da política burguesa.

O que se passa nos estados confirma a política geral de adaptação do PT ao Estado burguês. Não há nenhuma fronteira entre sua política e a dos partidos oligárquicos quando se trata de disputas eleitorais. As inúmeras experiências, nesse sentido, são importantes para que a vanguarda com consciência de classe lute pela independência político-organizativa da classe operária. O que exige a construção do Partido Operário Revolucionário (POR).



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário

Ano XX - Março de 2024

 (11) 95446-2020

nossa.classe@hotmail.com | pormassas.org

@massas.por | anchor.fm/por-massas



Boletim Nossa Classe - Quinzenal - POLÍTICA OPERÁRIA

Por um 1º de Maio classista, de luta e internacionalista

As direções das centrais decidiram fazer o 1º de Maio unificado no Itaquerao (zona Leste de São Paulo). Anunciaram a presença de Lula. Reproduzirão o 1º de Maio como um dia de “festa do trabalhador”.

Um 1º de Maio unificado é fundamental. Mas não para os festejos e de apoio à governabilidade de Lula e de sua frente ampla com os partidos que em 2016 derrubaram o governo Dilma. Não para reafirmar a política de colaboração de classes com os governos burgueses.

Um 1º de Maio unificado só tem sentido se estiver sob a defesa do programa próprio de reivindicações da classe operária e dos demais explorados. Para isso, tem de estar voltado à luta pelos empregos, salários, direitos e contra as privatizações. Tem de estar em choque com a política dos governantes, Lula, Tarcísio e outros, que têm em comum a manutenção das contrarreformas trabalhis-

ta, previdenciária e a lei da terceirização. O 1º de Maio tem de levantar a bandeira de revogação das contrarreformas antioperárias e antipopulares. Tem de estar em defesa dos métodos próprios dos trabalhadores, que são as greves, manifestações massivas de rua, bloqueios e ocupações.

O Boletim Nossa Classe rejeita o 1º de Maio festivo, de colaboração de classes e de apoio ao governo. O Boletim Nossa Classe inicia a campanha por um 1º de Maio de luta, unitário, classista e internacionalista. Defende que seja um 1º de Maio para organizar a luta pelos empregos, salários, direitos trabalhistas; pelo fim das privatizações e pela reestatização sob o controle operário; pela revogação das reformas antioperárias. O Boletim Nossa Classe ergue as bandeiras de fim das guerras na Ucrânia e na Faixa de Gaza. Fim das guerras de dominação, de colonização. Pela autodeterminação das nações oprimidas!

Reforma Tributária mantém o peso dos impostos sobre os explorados

A aprovação da Reforma Tributária, unificando a cobrança dos principais tributos sobre o consumo, foi comemorada como uma grande vitória pelo governo. O presidente Lula afirmou que, pela primeira vez, o país aprovou a reforma tributária em um regime democrático e que “independente da posição política, este Congresso, toda vez que precisou demonstrar compromisso com o povo, quando ele foi desafiado, ele demonstrou”. Na verdade, sabemos que os políticos burgueses estão comprometidos com os patrões, por isso aprovam medidas que os favorecem. Nenhuma

medida promovida pela burguesia e seus representantes políticos solucionará os problemas dos explorados, como os baixos salários, a miséria, a fome e o desemprego. Com a Reforma Tributária os trabalhadores continuarão pagando o peso dos impostos, enquanto os patrões recebem isenções e perdões fiscais do Estado.

O Boletim Nossa Classe chama os trabalhadores a lutarem por um programa próprio de reivindicações, em defesa dos empregos, salários e direitos.

Por uma campanha salarial unificada dos metalúrgicos do ABC

A campanha salarial é o momento que os sindicatos devem unificar os trabalhadores para lutar como uma só classe, para impor aos patrões as reivindicações. Sabemos que o patronato não atenderá as reivindicações se não houve luta. Está aí por que é preciso, desde já, preparar a greve.

A direção dos metalúrgicos do ABC há muito vem fazendo o contrário, ao dividir os metalúrgicos em vários grupos e negociar de forma separada com cada bancada patronal. A data-base na Mercedes é 1º de maio. Cada montadora hoje tem sua data-base e negociação separada. A data-base dos demais setores – estampa-ria, fundição, grupos 10, 2, 3, 8 e 9 é 1º setembro.

Todo ano é a mesma traição. A direção negocia um reajuste de miséria com as montadoras e deixa os demais setores sozinhos para fazer a luta em setembro. Está aí por que os patrões vem conseguindo, ano a ano, reduzir o piso salarial e direitos em todos os setores. Os metalúrgicos que trabalham nas montadoras e demais

setores devem rechaçar a divisão e pressionar os diretores do sindicato e os membros dos comitês de empresa para que a direção do sindicato e a FEM/CUT convoquem uma assembleia geral para aprovar uma pauta única de reivindicações, e um plano de luta unificado de todos os metalúrgicos, como o sindicato fazia anteriormente.

O Boletim Nossa Classe trabalha para que a campanha salarial metalúrgica seja unificada e esteja sob os métodos da democracia operária. Ou seja, assembleias onde todos os operários têm o direito de expor suas posições. Chega de só os diretores do sindicato terem o direito de intervirem nas assembleias. Para que haja unidade, é preciso convocar as assembleias gerais dos metalúrgicos. Só assim será possível aprovar e organizar uma greve combativa para enfrentar os patrões.

Chega de piso salarial de miséria!

Lutemos por um piso salarial - salário mínimo vital – que seja suficiente para manter os trabalhadores e suas famílias

Segundo o Dieese, departamento do próprio sindicato e da CUT, o valor do salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.723,00. No entanto, o piso salarial dos metalúrgicos, até agosto de 2023, do setor da indústria de máquinas (SINDIMAQ), e da indústria de aparelhos elétricos (SINAEEES) é de apenas R\$ 1.870,09, para fábricas com até 150 trabalhadores. De R\$ 1.983,81 para fábricas com até 500 trabalhadores, e R\$ 2.185,93 acima de 500 trabalhadores. Está é a média do piso dos demais setores metalúrgicos. O piso salarial dos metalúrgicos, que já é uma miséria, na data-base de 2022 ficou ainda pior, quando o

sindicato negociou um piso menor para novos contratados de R\$ 1.502,36 para empresas de até 150 operários; R\$ 1.593,70 para até 500; e R\$ 1.756,09, para acima de 500 trabalhadores.

O Boletim Nossa Classe defende um piso salarial, o salário mínimo vital, calculado pelos próprios trabalhadores em suas assembleias, que seja suficiente para manter suas famílias. A defesa das condições de vida de todo o trabalhador tem como ponto de partida a luta pelo salário mínimo vital. Uma campanha salarial verdadeiramente de luta deve aprovar o valor do piso salarial, juntamente com a defesa dos empregos e dos direitos trabalhistas.

Contra o fechamento da Basf! Nenhuma demissão!

Que o sindicato convoque uma assembleia geral dos metalúrgicos do ABC, para unificar a luta em defesa dos empregos, salários e direitos

No final de fevereiro, a multinacional alemã BASF anunciou o fechamento da fábrica do Demarchi, em São Bernardo do Campo, e da fábrica de Tortugueta, na Argentina. Com o fechamento, 150 trabalhadores perderão os empregos na unidade do Demarchi e 72 na Argentina. Devemos unificar a luta da campanha salarial dos metalúrgicos do ABC à luta contra o fechamento da Basf, contra as

demissões e pela efetivação de todos os trabalhadores terceirizados e o fim da terceirização.

O Boletim Nossa Classe defende que o sindicato convoque uma assembleia democrática, aprove a greve com a ocupação da Basf e coloque para produzir sob o controle dos trabalhadores. A estatização sem indenização aos capitalistas, sob o controle operário, é a resposta da classe operária contra o fechamento das fábricas. Lutemos pelos empregos, defendendo a bandeira de Fábrica fechada, fábrica ocupada!

Abertura imediata da Fábrica de Fertilizantes (Fafen) do Paraná

Inúmeros foram os sindicalistas e partidos políticos que denunciaram a conduta de Bolsonaro de fechar a Fafen. Depois de um ano do governo Lula, a Fafen continua fechada por decisão da direção da Petrobras. Diante dessa situação, as direções sindicais

convocaram uma manifestação em meados de março, que reuniu também os demitidos pelo acordo de fechamento da fábrica. Os discursos foram inflamados, entre eles do presidente do Sindipeetro que disse a fábrica está pronta da ser reaberta, precisando apenas do aval da Petrobras. Caso contrário, afirmou que é preciso também pressionar o Congresso Nacional e “até Lula”, alimentando ilusão de que a abertura depende do governo Lula e dos parlamentares. O ato contou com mais de 2 mil trabalhadores. Após o protesto, as lideranças sindicais e políticas, juntamente com a Federação das Indústrias do Paraná, reuniram no interior da fábrica.

A burocracia sindical só chamou a manifestação porque tinha recebido a notícia de que a Petrobras iria assinar o contrato de reabertura. A Petrobras enrolou e até agora não acenou com uma nova data. Se a empresa está pronta para operar, a resposta teria de ser a ocupação imediata, sob o controle operário. No entanto, decidiram aguardar até o final do mês. Lula, por sua vez, se mantém calado, segue a orientação que vem da Petrobras, que depende do Conselho, que em boa parte está composto por representantes do capital privado.


A Fafen estava voltada à produção de ureia e amônia consumidas no mercado interno, utilizadas como matérias-primas na fabricação de fertilizantes. Também produzia a Arla 32, produto destinado a indústria automotiva, particularmente nos veículos movidos a diesel. O governo Bolsonaro, que era responsável pela Petrobras, fechou a fábrica e passou a importar fertilizantes.

O Boletim Nossa Classe faz a campanha pela reabertura imediata da fábrica, que tem de ser totalmente estatal, sob o controle operário.

R\$5

Adquira com o distribuidor do Nossa Classe:

CAMPAINHA DO BOLETIM NOSSA CLASSE
CONTRA AS DEMISSÕES E OS
ACORDOS DE FLEXIBILIZAÇÃO
CAPITALISTA DO TRABALHO




Nossa luta por um programa próprio e pela independência política da classe operária e dos demais explorados

Vençer a burocracia sindical, para acabar com as traições às necessidades mais elementares do proletariado


Constituir as oposições sindicais, classistas e revolucionárias

Trabalhar pela construção do Partido Operário Revolucionário (POR)

SÃO PAULO
2023



NOSSA CLASSE



Operários da Avibras estão há quase um ano sem salário Esperar, o quê?

Os 1200 operários da Avibras estão parados, desde setembro de 2022. Isso já faz um ano e meio. A empresa deixou de pagar os salários a onze meses. Essa situação terrível continua sem que haja um poderoso movimento, organizado pelo Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, controlado pela CSP-Conlutas/PSTU. Ao contrário, o movimento é passivo e corporativo.

Sem salários, boa parte dos trabalhadores, que são qualificados, sobrevivem do trabalho informal, enquanto espera o pagamento dos salários e direitos. Em meados de março, o que parecia uma luz no final do túnel, em função de uma reunião entre empresa e sindicato, se transformou em tormenta. A Avibras cancelou o encontro. Não restou outra alternativa para a direção do sindicato a não ser convocar uma assembleia e juntamente com alguns operários ocuparem o pátio da fábrica, à espera de uma resposta da empresa.

A Avibras é uma empresa nacional voltada à fabricação de armamentos bélicos, desde veículos blindados até mísseis. Criada em 1961 por iniciativa de engenheiros do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) visava produzir equipamentos para as Forças

Armadas brasileiras. Chegou a exportar seus produtos bélicos para os países do Oriente Médio, Ásia e América Latina. Agora, se encontra atolada em dívidas gigantescas, portanto quebrada em função dos monopólios que controlam as indústrias bélicas no mundo, em particular aos dos Estados Unidos. Está em recuperação judicial, uma medida que só favorece os patrões.

A direção do Sindicato, embora em palavras defenda a estatização da Avibras e tenha feito inúmeras reuniões com os governantes, incluindo com o vice presidente, Alckmin, não conseguiu transformar a luta dos operários em um movimento da classe operária pela estatização da empresa, sob o controle operário. Assim, os operários estão à mercê do plano de recuperação judicial, que segundo a empresa poderá atrair investidores, e do repasse emergencial por parte do governo. Até o momento, nada de concreto.

O Boletim Nossa Classe insiste que o único caminho é a luta pela estatização da Avibras, sem nenhuma indenização aos proprietários. O que implica colocar a fábrica para produzir, sob o controle dos operários.

Relato da distribuição do Boletim Nossa Classe na Mercedes - Denúncias de operários terceirizados

Durante a distribuição quinzenal do Boletim Nossa Classe na Mercedes de São Bernardo do Campo, que ocorreu no dia 18 de março, militantes poristas destacaram a importância da construção de um 1º de maio classista e internacionalista e, por outro lado, rechaçaram as festividades promovidas nesta data pelas centrais e sindicatos cada vez mais burocratizados. Outro tema da agitação foi o da unificação da campanha salarial dos metalúrgicos do ABC, bem como a da defesa do salário mínimo vital, bandeira esta que foi há muito tempo esquecida pelos dirigentes burocratas, que atualmente controlam as centrais e sindicatos e que estão mais preocupados com comemorações e festividades.

Um operário terceirizado que ouviu o que estava sendo dito pelos militantes poristas se aproximou e comentou que a situação dele e de diversos outros colegas está cada vez pior, pois, além de receberem como salário a miserável quantia de R\$ 2.000,00, estão sendo forçados a desempenharem funções para além das quais foram contratados. Importante destacar que de acordo com o Dieese o salário mínimo para manter uma família de quatro pessoas deveria ser de R\$ 6.723,00. Em seguida, estavam passando outros operários desta mesma empresa terceirizada que atua na Merce-

des que confirmaram a denúncia e completaram dizendo que não encontram apoio em nenhum lugar, restando a eles escolher entre aceitar a imposição da empresa ou então se recusar, porém de forma individualizada e conseqüentemente se tornando um alvo fácil de futuras demissões.

Durante a conversa com os operários, o militante porista destacou a importância da construção da oposição à direção do sindicato. Disse que sem oposição os dirigentes do sindicato sentem completamente à vontade para negociar com as empresas todo tipo de ataque aos operários, incluindo a terceirização. Mostrou que há pouco tempo atrás trabalhavam como contratados direto pela Mercedes recebendo de R\$ 6.000,00 a R\$ 9.000,00, agora como terceirizados e cumprindo a mesma função que tinha antes como contratado e ainda por cima sendo obrigados a desempenhar funções adicionais recebem cerca de R\$ 2.000,00. Sem dizer de outras medidas que só beneficiam os patrões, tais como lay-off e PDVs. No final, repetiu que é preciso se organizar e se colocar pela construção de uma oposição sindical combativa. Fato que chamou a atenção dos operários terceirizados.

Encontros operários enfatizam os objetivos do POR

O POR, consciente da tarefa histórica de penetrar o programa revolucionário no seio da classe operária, está realizando mensalmente o encontro operário na região do ABC. O objetivo é o de reunir operários que se aproximam dos militantes durante a distribuição do Boletim Nossa Classe. Já foram realizadas dois encontros. No primeiro, discutiu-se os principais problemas enfrentados pela classe operária e a importância da campanha de defesa do programa próprio de reivindicações dos explorados. No segundo, após os relatos da distribuição do Boletim Nossa Classe nas fábricas da região, discutiu-se a importância de retomar o estudo dos folhetos e revistas do POR, com as elaborações feitas nos primeiros encontros operários, realizados entre os anos de 2002 a 2007. Retomar esse estudo é importante para que os operários e a militância mais jovem possam conhecer o acerto da linha política do POR,

que há muito vem combatendo a política de conciliação da burocracia sindical, que vem negociando e empurrando goela abaixo dos trabalhadores os acordos de demissão em massa, fechamento de fábricas, Banco de Horas, terceirização, redução de jornada com redução de salários, lay-offs, PDV's etc.

No Encontros Operários, o POR tem dois objetivos: 1) trabalhar pela construção de direções classistas e revolucionárias, para expulsar a burocracia sindical traidora e resgatar os sindicatos para a luta de classes; 2) ganhar a vanguarda mais consciente para a construção de seu partido revolucionário, que tem como estratégia a expropriação da burguesia por meio de uma revolução social e a constituição do governo operário e camponês, a ditadura do proletariado.

Rio Grande do Norte

Burocratas contrataram bate-paus armados para tentar criar um novo sindicato

Trabalhadores terceirizados organizados resistiram e impuseram a rejeição

Nos últimos dias, os trabalhadores foram surpreendidos com uma convocatória via edital, por um grupo de pessoas desconhecidas, para a fundação de um novo sindicato genérico de terceirizados, o “SINDELOCAÇÃO”. Trata-se de uma decisão aparelhista, tendo em vista que já existem cerca de 15 sindicatos que dizem representar os trabalhadores terceirizados. Cientes do perigo que seria a fundação desse novo sindicato, cerca de 300 trabalhadores terceirizados, principalmente da UFRN e também da empresa Zelo de limpeza urbana, se organizaram para estarem presentes na assembleia de fundação, visando a desmascarar os impostores e se colocando pela não criação de mais um sindicato.

Qual foi a surpresa? Chegando ao local, no dia 19, em frente ao SINTSEF/RN, os trabalhadores e sindicalistas presentes se depararam com homens armados com revólver e taser, contratados pelos impostores, para impedir a entrada. Os trabalhadores resistiram. Tentaram entrar para participar da assembleia, porém foram empurrados e agredidos, e um dos homens armados atirou para cima, tendo a bala penetrado o teto do prédio do SINTSEF. Sem se intimidar, os trabalhadores conseguiram furar o cerco e conseguiram entrar. Os bate-paus armados se trancaram no banheiro, até serem escoltados pela polícia militar e levados para a delegacia. Na ausência da Comissão nomeada no edital, foi eleita nova Comissão, que conduziu a votação em que os cerca de 300 trabalhadores presentes rejeitaram, por unanimidade, a criação do novo sindicato. Uma vitória de todos os trabalhadores terceirizados.

Lamentavelmente, essa tentativa de criação de mais um aparato burocrático e gangsteril se deu na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Federal, o SINTSEF, filiado à CUT.

Foi abominável a atitude da direção do SINTSEF de ter cedido o espaço para os impostores e ter permitido a presença de homens armados a ponto de que passaram a controlar a entrada do prédio do SINTSEF e ameaçar a integridade física dos trabalhadores.

O grupo de impostores tentou reeditar a experiência com o SINDCOM/RN, sindicato que representava todos os terceirizados do estado e que acabou sendo dissolvido em 2010 pela Justiça do Trabalho em virtude de denúncias. Ocorre que a direção era composta por familiares de proprietários de empresas terceirizadas, que se utilizavam do sindicato para burlarem direitos trabalhistas mínimos e enriquecerem ainda mais às custas dos trabalhadores.

A criação de um novo sindicato só pode ocorrer quando é fruto da vontade democrática dos trabalhadores mobilizados. Os terceirizados deram uma grande lição aos golpistas e impostores, de que não se cria sindicato de forma fraudulenta e pelas costas do conjunto dos trabalhadores.

O Partido Operário Revolucionário (POR) trabalhou pela mobilização dos terceirizados contra mais esse golpe, entendendo que não era suficiente a ação das direções dos sindicatos afetados, mas sim a da própria base organizada de comparecer à assembleia de fundação e impedir o golpe. Ao final do movimento vitorioso, interveio no carro de som, diante dos trabalhadores presentes, defendendo a manutenção da frente única sindical ali formada, no sentido da constituição de um programa próprio de reivindicações, como salário mínimo vital, estabilidade no emprego, redução da jornada sem redução de salários e a efetivação imediata dos terceirizados.

O Boletim Nossa Classe é elaborado e distribuído pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Só depende das contribuições da classe operária. Seu objetivo é organizar a lutados explorados em defesa das suas condições de existência, pelo fim do capitalismo e construção da sociedade socialista.

São Paulo

Greve dos trabalhadores da educação municipal

Unidade grevista para impor derrota aos ataques do prefeito Nunes

O PL 155 foi aprovado, em primeira votação, por 38 votos a 15 na Câmara Municipal de SP, no dia 20/3. Trata-se do PL que estabelece o reajuste de 2,16% para o conjunto do funcionalismo da capital, além de um abono complementar para o piso da carreira de professores, Quadro de Apoio e gestores. O mesmo Projeto concede um reajuste de 4,5% para os funcionários do Legislativo e do Tribunal de Contas do Município (TCM).

O funcionalismo municipal está em greve – no caso da Educação, desde o dia 8/3. A pauta de reivindicações abrange o reajuste salarial, com o índice de 39% de incorporação dos abonos complementares, além de questões relativas às condições de trabalho, defesa dos aposentados (fim do confisco de 14%), descongelamento dos direitos, redução da jornada de trabalho do Quadro de Apoio, sem redução de salário, dentre outras. Como se vê, o índice de 2,16% representa uma migalha.

Enquanto isso, o prefeito Nunes/MDB aumentou seu próprio salário em 46%. Sua gestão é alvo de investigações de corrupção, como no caso da SOBEI (Sociedade Beneficente Equilíbrio de Interlagos), que é gestora de 15 CEIs (Centros de Educação Infantil, popularmente chamados de creches) conveniados, ou seja, privados. Os aluguéis dos CEIs são pagos pela Prefeitura. O próprio Prefeito fez parte do Conselho Deliberativo da SOBEI entre 2015 e 2019 – portanto, antes de ter assumido o cargo atual. A entidade apresentou à Prefeitura uma solicitação de revisão – para cima, claro - dos valores dos aluguéis, negada pelo então prefeito, Bruno Covas, e pela Justiça. Já como Prefeito, mesmo com decisões judiciais contrárias à SOBEI, Nunes fez um acordo extrajudicial com a entidade, assinado em condições duvidosas, no valor de R\$ 7,1 milhões. E essa é só uma das denúncias que pesa sobre o direitista Nunes.

Tanta benevolência com as creches conveniadas não se repete com os trabalhadores, o governo tem se mostrado intransigente com o movimento do funcionalismo. Nem sequer toca nos outros pontos da pauta de reivindicações. Mandou o PL do reajuste salarial à Câmara apesar do protesto dos sindicatos. Para quebrar tamanha intransigência é preciso que a greve se fortaleça. Daí a enorme importância dos comandos de greve nas regiões, e da unidade dos trabalhadores pela base. Não faz o menor sentido os conflitos entre as direções sindicais nos carros de som, em plena avenida, diante de milhares de trabalhadores. A troca de farpas entre os burocratas só afasta a base, justamente o contrário do que o movimento precisa – que é lotar cada vez mais as assembleias e atividades de rua.

É preciso destacar que a adesão dos trabalhadores, em que pese ter alcançado bons índices, tem se concentrado nos dias de assembleia. Trata-se de uma fraqueza, que precisa ser superada. Diferentemente da greve numa fábrica, por exemplo, onde a paralisação das máquinas provoca prejuízo imediato e força o patrão a negociar, o funcionalismo depende da projeção do movimento grevista e depende de tomar as ruas, afetando a produção e circulação de mercadorias, ou seja, depende de afetar a economia. O que não é possível atingir através da chamada “greve pipoca”, ou seja, a paralisação somente em determinados dias da semana.

Outros problemas enfrentados nessa mobilização são o eleitoralismo e a ilusão na via parlamentar-institucional. Com a derrota na primeira votação, de forma contraditória, tem se fortalecido em uma parcela da categoria a ideia de que é preciso votar em candidatos “progressistas”. O caráter ilusório dessa colocação reside justamente na crença de que é possível reformar o Estado pela via eleitoral, quando, na verdade, é o poder econômico quem determina o resultado das eleições. Mesmo os candidatos que expressam posições mais à esquerda no espectro político ficam condicionados às limitações da democracia oligárquica que existe no país. Não é possível modificar o conteúdo de classe do Estado, que é burguês, elegendo um ou outro candidato “progressista” – nem mesmo obtendo maioria. A estratégia revolucionária corresponde à necessidade de destruição do Estado burguês pela via da revolução e instauração de um governo operário e camponês, expressão da ditadura do proletariado.

187ª Plenária Nacional do Sinasefe aprova greve Pela greve unificada do SINASEFE, FASUBRA e ANDES-SN!

A 187ª Plenária Nacional do SINASEFE foi convocada com o objetivo de deflagrar a greve nacional dos técnicos(as) e docentes da dos Institutos Federais, somar-se à FASUBRA, que já iniciou sua greve em 11 de março, e impedir seu isolamento. Apesar da data de início ter ficado para 3 de abril, segundo a avaliação de que o restante do mês de março era necessário para a aprovação da greve nas bases, pode-se dizer que o objetivo principal foi alcançado.

Todavia a base deve estar atenta. A direção nacional convocou uma Plenária Nacional Virtual para 27 de março para analisar o andamento das seções. Tentam articular a Plenária Unificada da Educação Federal (ANDES, FASUBRA, SINASEFE) para a segunda semana de abril. Deve-se cobrar as direções o material de greve, o fundo de greve e a construção de um calendário de mobilização e atos de rua. Para barrar os fura greve, organizar os piquetes. Para evitar uma greve passiva é necessário a organização dos atos de rua, para apontar para a população que a greve expressa a defesa das condições de trabalho e estudo dos IFs.

A Corrente Proletária/POR atuou e atua no SINASEFE, ANDES e FASUBRA pela construção de uma poderosa greve do funcionalismo federal. Parar as categorias representadas por essas três entidades é a primeira tarefa. Durante o dia de discussão e aprovação da greve foram distribuídos dois manifestos da Corrente Proletária: “Pela construção da greve unificada do funcionalismo federal”

A candidatura de Guilherme Boulos tem servido ao reforço das ilusões na democracia burguesa. No carro de som (portanto, entre os dirigentes sindicais, inclusive os da oposição do SINPEEM), por exemplo, não tem faltado referências elogiosas ao psolista, apontado como solução para os problemas do funcionalismo. Boulos, no entanto, se eleito, terá de se curvar aos ditames da legislação, da Câmara de Vereadores e demais instituições burguesas. Não se trata de uma conjectura, basta verificar o que se passou com as gestões petistas de Erundina, Marta e Haddad, embora diferentes entre si, todas subordinadas ao grande capital.

Não. A solução para os problemas do funcionalismo e dos explorados em geral não virá por esse caminho. A Corrente Proletária tem afirmado em seus materiais de propaganda e agitação, bem como nas intervenções ao microfone, que os trabalhadores devem confiar apenas em suas próprias forças e travar o combate no campo da independência de classe. A derrota na primeira votação do PL 155 não foi uma exceção no último período. A tática de “pressionar os vereadores” (condensada na palavra de ordem “se votar, não volta”) tem levado a categoria a sucessivas e pesadas derrotas, como se deu no caso da imposição da reforma da previdência (Sampaprev). Para obter vitórias, o funcionalismo necessita do método da ação direta, ou seja, as greves ativas, as ocupações, o bloqueio de avenidas, as passeatas massivas etc. Todas as conquistas dos trabalhadores foram fruto da luta.

Agora, na semana que começa no dia 25/3, há um conjunto de atividades importantes da greve. O movimento entrou em uma etapa decisiva. No próprio dia 25, haverá uma manifestação em frente à Secretaria da Educação (SME); no dia 26/3, que é para quando se prevê a segunda votação do PL nº 155, haverá nova manifestação e assembleia geral. É preciso que o comando de greve vá fazendo seu trabalho, ganhando mais e mais trabalhadores para a greve. É hora de radicalizar no método. A Corrente Proletária tem atuado com todas as suas forças pela vitória da greve. Trata-se de uma categoria que exerce influência sobre outras, como a rede estadual de ensino de SP, por exemplo. A derrota dos municipais incidirá negativamente sobre todas elas. A sua vitória, ao contrário, abrirá caminho para novas greves vitoriosas. Viva a greve dos municipais!

e “Todo apoio à greve da FASUBRA”. Em sua fala, prestou o apoio aos companheiros e companheiras da Oposição na seção pernambucana do SINASEFE (Sindsifpe), que enfrentam a burocracia sindical petista que tenta impedir a deflagração da greve. Defendeu o início imediato da greve, não deixar a FASUBRA isolada e reunir forças para arrastar o ANDES-SN. Apontou que a greve deve levantar as bandeiras da data-base, que foi tirada desde o governo de FHC; das verbas para a educação federal, uma aliança com os estudantes que devem se unir aos servidores contra o corte que fere as condições para estudar; abaixo às Instruções Normativas que atacam o direito de greve e que devemos reagir a qualquer tentativa de corte de ponto com atos nas reitorias. Defendeu atos em todos os estados como forma de construir uma greve forte. Que todas as seções do Sinasefe deflagrem a greve de 3 de abril com comando de greve, calendário de atividades de greve e atos nas ruas! Pela greve unificada da educação e do funcionalismo federal!

Não ao pagamento da dívida! Unidade na luta com o movimento grevista dos servidores municipais e estaduais! Que as centrais sindicais convoquem urgentemente um Dia Nacional de Luta em defesa dos empregos, salários e direitos, com bloqueios e paralisações, como primeiro passo da construção da greve geral. Combater o avanço da ultradireita com independência de classe! Por uma oposição revolucionária ao governo Lula!

São Paulo - ABC

4ª Assembleia do SinTUFABC: TAEs da UFABC deflagram greve a partir de 14 de março

Realizada em 11 de março, a 4ª Assembleia do SinTUFABC. Reuniu cerca de 155 trabalhadores, sendo 85 de forma presencial e 70 virtualmente. Apesar de ter sido aprovada na assembleia de 29 de fevereiro, a direção majoritária convocou oficialmente a assembleia apenas na tarde do dia 8 de março. Assim, a participação expressiva, comparada às assembleias anteriores, não resultou do trabalho da direção sindical, mas do grau de indignação e disposição de luta da categoria, que também se expressou em assembleias massivas pelo país.

Como esperava adiar a greve na Plenária da FASUBRA, a direção majoritária convocou a assembleia com a pauta genérica de “Greve a partir de março” e “Eleição de comando de greve”. No entanto, com 96% de votos favoráveis, a Plenária Nacional da FASUBRA de 9 de março ratificou o indicativo de greve nacional por tempo indeterminado com início no dia 11. Com isso, a Frente Governista (Psol/PT/TnL) se viu forçada a votar a favor da greve, não tendo mais como protelá-la. O debate, portanto, se concentrou na data de início da greve e em sua organização.

No início da assembleia, a Corrente Proletária colocou uma questão de ordem relativa à contabilização dos votos, considerando que o Estatuto do SinTUFABC estabelece que, em assembleias que tenham como pauta a avaliação de deflagração da greve, os participantes por meio virtual não terão direito a voto, e que na assembleia anterior a mesa considerou os votos por meio virtual. A direção majoritária argumentou que a restrição do direito a voto se limita à pauta de deflagração da greve. A Corrente Proletária, por outro lado, explicou que o artigo foi criado porque se reconheceu a importância e natureza da greve, que exige a ação presencial, argumentou que se tratava de cumprir o estatuto, e que ignorar isso seria um desrespeito com quem está no teletrabalho e veio presencialmente. Em votação, que contabilizou apenas os votos presenciais, houve 45 votos a favor de considerar os votos de forma virtual à exceção da pauta de deflagração, 27 a favor de considerar apenas os votos presenciais, e 2 abstenções. Desta forma, os presentes deflagrariam a greve, mas o Comando de Greve, que faz o movimento acontecer, seria eleito também por quem estava na virtualidade.

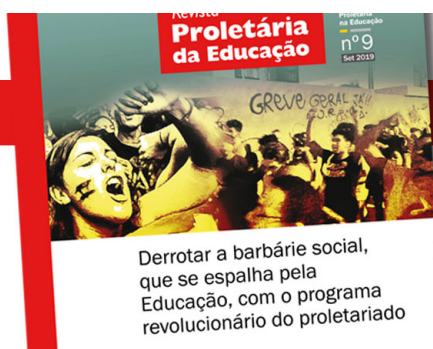
Em relação a deflagração da greve, a principal polêmica se deu em torno a data de início da greve. Os lutadores independentes defenderam a deflagração da greve com início imediato, dia 12, para poder organizar a greve, considerando ainda que na semana anterior a Reitoria havia sido notificada do indicativo de greve a partir de 11, o que garantia o cumprimento da antecedência mínima judicial de aviso de greve (72h), portanto não era um argumento válido sequer do ponto de vista judicial que era necessário esperar um novo prazo de 72 horas, que significaria iniciar a greve no dia 15.

A Frente Governista, por sua vez, colocou objeções quanto a greve imediata, colocando a possibilidade de judicialização e multa ao sindicato, e concluiu defendendo o início da greve em 14/03 com o subterfúgio de que o prazo de 72h é apenas para serviços essenciais, o que não corresponde à legislação vigente referente ao funcionalismo público. Avaliamos que não era o caso de reivindicar a votação de uma proposta contra a outra, mas sim de fortalecer a decisão de aprovação da greve. E, em votação com uma única abstenção, a assembleia deflagrou a greve por tempo indeterminado a partir de 14. Acerca do controle de frequência, orientou-se a seguir o entendimento da FASUBRA de que na greve não se bate ponto. Assim, seguiu-se à eleição do comando local e nacional de greve. A mesa propôs a constituição do Comando Local de Greve por meio da inclusão dos membros da Coordenação Executiva (CE) e do Conselho de Representantes Sindicais (CRS) do SinTUFABC, além de voluntários na assembleia que se dispusessem a compor o comando local.

A Corrente Proletária pontuou que embora a CE e o CRS sejam instâncias que reúnem a vanguarda ativista, essa decisão partiria de um pressuposto formal burocrático e não do movimento vivo, daqueles que estavam presentes e se comprometeriam com e diante dos presentes. Propôs que se elegeisse os que se comprometeriam diante da assembleia com esse compromisso e que a assembleia pudesse revogar os mandatos dos que não cumprissem com ele. O comando local foi então constituído nesse marco formal, com aproximadamente 35 pessoas, com participação aberta a outros trabalhadores. Propusemos e houve acordo da assembleia de que a primeira reunião do comando local fosse no primeiro dia da greve.

Quanto à eleição de representantes para o Comando Nacional de Greve, a mesa informou que o SinTUFABC tem direito a duas vagas, visto que o delegado da direção não é contabilizado. Como apenas uma pessoa se candidatou e não houve objeções, considerou-se o candidato eleito. A Corrente Proletária não se candidatou por priorizar a construção local da greve na base, principalmente no início do movimento.

Durante a assembleia houve outras discussões, mas a mesa oportunista acatou a sugestão de uma servidora para que a assembleia votasse apenas a deflagração da greve e o comando. Então, pontos que serviriam para organizar e impulsionar o movimento, a exemplo do fundo de greve, de assembleias e reuniões presenciais, e de uma manifestação de rua na semana seguinte, não foram votados. O que mostrou já nesse momento a indisposição da direção majoritária do sindicato, que dirigia a mesa, de impulsionar o movimento grevista.



Revista Proletária na Educação

n° 9
Set 2019

O nono número da Revista Proletária revela os fundamentos ideológicos e objetivos econômicos que estão na base do avanço ao obscurantismo, à militarização e à privatização em todos os níveis do ensino. Desenvolve, fundamentalmente, as bandeiras e os métodos que estão na base do programa do proletariado, para construir uma nova educação produto da revolução proletária, e da construção do socialismo.

Defesa da greve da FASUBRA na UFABC

A Corrente Proletária vem defendendo a luta dos TAEs (funcionários Técnico-Administrativo em Educação) pela recomposição salarial diante das perdas que acumulam 34,32% no último período. Nossos últimos boletins mostram a luta política que temos travado contra a frente governista, composta por PSOL, PT e o grupo TAEs na Luta, que se coloca como um freio contra a luta dos trabalhadores.

A edição 30 do Boletim, de 1º de março, tem como título “Frente governista trapaceia para sabotar a greve da FASUBRA”. Mostra que essa frente rompeu com o calendário de mobilização nacional, conseguindo arrastar os trabalhadores a rejeitarem a deflagração da greve a partir da data da greve nacional de 11 de março, marcando apenas uma nova assembleia para a data. A manobra servia para enfraquecer o indicativo nacional. O que estava em consonância com o fato, que denunciávamos, do Travessia/PSOL buscar reverter a deliberação de greve no ANDES-SN para o primeiro semestre deste ano. O boletim lembra que a greve prevista para janeiro antes das matrículas do SiSU já havia sido adiada e faz a defesa da greve, mostrando que é preciso lutar pelo pagamento das perdas salariais acumuladas, que “sem a greve imediata não pressionaremos o governo” e que “qualquer acordo fora de greve será pior”, concluindo com a necessidade de “construir as oposições classistas e erguer a luta unitária em torno de um programa próprio [de reivindicações]”.

Andes-SN

Greve já! Agora é a hora de unificar com a educação federal!

Está em construção a greve da educação federal como parte da greve do funcionalismo. Os técnicos-administrativos estão paralisados em mais de 60 universidades, desde 11 de março. Em sua plenária nacional, o SINASEFE aprovou a deflagração da greve dos professores e técnicos dos Institutos Federais para 03 de abril, decisão que será submetida às assembleias de base. O Andes-SN, após a aprovação da construção da greve no primeiro semestre, no seu Congresso, fez uma rodada de assembleia e a reunião do setor das federais deliberou por nova rodada de assembleias e indicativo de greve para 14 de abril. Apenas quatro seções sindicais se posicionaram contra a greve. Na ADUA, a diretoria, do mesmo grupo político da direção nacional do ANDES, encabeçou a decisão contra a greve. Em outras seções, o grupo da diretoria se opôs à definição de data. O reconhecimento da falta de mobilização não deve ser usado para reforçar o imobilismo, mas sim ser enfrentado com a criação e fortalecimento dos comandos de mobilização.

As reivindicações gerais do movimento são a reposição das perdas inflacionárias, revogação das contrarreformas, recomposição do orçamento das instituições federais de ensino e impedimento da reforma administrativa. A campanha salarial de 2024 do funcionalismo se iniciou reivindicando que o poder de compra dos salários seja recomposto conforme o que era pago em 2010. A inflação do período foi de mais de 100%. Mesmo com os reajustes obtidos a partir das greves de 2012, 2015 e o reajuste emergencial de 9% em 2023 ainda há perdas acumuladas de 40 a 50%, conforme as categorias.

Essas reivindicações estão em choque com as medidas econômicas dos governos de Temer e Bolsonaro, continuadas na gestão Lula/Alckmin. O teto dos gastos foi substituído pelo “novo arcabouço fiscal”; permanecem o arrocho salarial e os cortes no orçamento da educação; as odiosas contrarreformas trabalhista, previdenciária e lei da terceirização foram preservadas; a contrarreforma administrativa segue tramitando, as privatizações não foram revertidas e

A edição 31, de 14 de março, dia de início da greve decretada no dia 11 de março, o Boletim expõe os motivos da greve e convoca os trabalhadores à luta. Mostra que o governo impõe o congelamento salarial, que as perdas superam 50% – considerando o período desde 2010 – e que sequer as perdas do período do governo Bolsonaro foram repostas, que os cortes e sucateamento da educação vem avançando, que a política privatista tem destruído os serviços públicos, que a reforma administrativa destrói direitos históricos dos trabalhadores, que nenhuma contrarreforma foi revogada e que sem a mobilização e com negociações de cúpula só haverá enrolação e não o atendimento das reivindicações. O Boletim, entregue aos trabalhadores nos setores, convoca à adesão da greve e defende “construir uma greve pra valer, paralisar as instituições, tomar as ruas com manifestações, realizar ocupações e paralisar a economia”. Combate a greve de pijama e de internet e os métodos distraçionistas das burocracias, denunciando que os burocratas “agirão para manter o movimento nos limites da institucionalidade burguesa, evitando a unidade com o funcionalismo, terceirizados e demais explorados” e mostra que “a condição para uma greve forte é tomar a greve nas nossas mãos, participando ativamente do movimento”. Conclui chamando “toda força a greve nacional dos TAEs!”.



ainda avançam em 2024. Não há como o governo conciliar os interesses do capital financeiro, que suga as riquezas nacionais por meio da dívida pública, e os interesses dos trabalhadores, inclusive do setor público.

Além disso, o governo, em meio à crise política, desde a transição, teve que se submeter ao Congresso Nacional oligárquico. A frente ampla burguesa se alarga cada vez mais à direita, incorporando os golpistas de ontem e de hoje, pagando caro pela governabilidade, comprometendo uma fatia enorme do orçamento e rifando direitos.

Enquanto prioriza os interesses do capital financeiro e das oligarquias políticas, o governo enrola os servidores nas mesas de negociação permanente e mantém a “oferta” de 0% de reajuste para 2024, 4,5% em 2025 e 4,5% em 2026. O Fonasefe fez uma contraproposta rebaixando a reivindicação e aceitando o parcelamento. Com base nas projeções de inflação de 2024 e 2025, propôs para algumas categorias 34,2% e, para outras, dentre elas a base do ANDES, 22,71%, dividido em 3 parcelas. Mesmo com a “boa vontade” das direções de reivindicar menos do que as perdas acumuladas, o governo reafirma 0%. Já está mais do que evidente que, sem uma forte greve, não há como garantir o direito básico de repor no salário o que a inflação corroeu. Como se não bastasse o arrocho, o governo ainda tripudia dos servidores, como se viu na fala do Ministro da Casa Civil, Rui Costa, de que é preciso “pisar no calcanhar” e “fungar no cangote” do servidor público para as coisas andarem. É o velho discurso do servidor “parasita” que está na base da proposta de reforma administrativa e prepara a quebra da estabilidade, destruição de direitos e ampliação da terceirização.



Algo importante a ser observado é que tanto no Congresso do Andes-SN, como na Plenária do Sinasefe, as votações em defesa da construção da greve têm se dado sem votos em contrário. Isso sinaliza a profunda insatisfação das bases que pressionam as direções governistas (abertas ou veladas). Isso significa, também, que as correntes governistas, muitas vezes votam a favor da greve, mas não constroem os caminhos para sua expansão e fortalecimento. Vale lembrar que no Congresso Andes, o agrupamento que dirige o sindicato, o Andes de Luta pela Base (ALB), composto por setores do PSOL e PCB, e o Renova Andes (PT) se juntaram para tentar impedir a definição da construção da greve no primeiro semestre, deixando apenas uma menção à “greve no horizonte”, sem definição nenhuma de data. Deixar para o segundo semestre é condenar a greve da Fasubra ao isolamento favorecendo uma derrota que será de todos os trabalhadores. Além disso, no segundo semestre o eleitoralismo estará à flor da pele e será mais difícil deflagrar a greve, o que faz com que a “greve no horizonte” seja uma posição, na prática, contrária à greve. É importante avaliar que, por mais que o Congresso tenha aprovado a data do primeiro semestre, é preciso acelerar a mobilização e construção da greve, esse foi o tom dos gritos de “Greve Já” no Congresso.

A greve descoordenada revela a fragmentação do movimento sindical, as Centrais sindicais há muito abandonaram a tarefa de centralizar as lutas da classe operária e demais trabalhadores. O Fórum Nacional dos Servidores Federais (FONASEFE), por sua dinâmica de acordos de cúpula, acaba subordinando o movimento às direções governistas. Em 2022, anunciaram a construção da greve apenas como bravata, o INSS ficou isolado, assim como algumas instituições da educação federal.

Há um tipo de argumento governista que acusa o movimento de não ter feito greve sob Bolsonaro e querer fazer agora. De fato, a última greve das federais ocorreu em 2016, sob o impulso do movimento de ocupação estudantil das escolas e universidades, contra a PEC do Tetos dos Gastos, a Reforma do Ensino Médio e Reforma Trabalhista. De lá para cá não faltaram motivos para a luta. Mas os mesmos governistas que acusam o movimento ocultam que a central dirigida pelo PT, a CUT, foi parte desse pacto que garantiu a governabilidade de Bolsonaro, na medida em que canalizou o movimento para o eleitoralismo. Um erro não justifica outro e os servidores públicos não têm nenhuma obrigação de continuar amargando a corrosão de seus salários para pagar pelas responsabilidades das direções das grandes centrais e sindicatos do funcionalismo.

A greve nas universidades, por parte da Fasubra, traz em si um chamado à ação. As reivindicações de técnicos e docentes são comuns. Cabe ao Andes-SN fortalecer a greve da Educação federal, tendo como objetivo a unificação com o restante do funcionalismo. Além do movimento ser essencial pela questão salarial, a mobilização servirá para que consigamos derrubar e enterrar a maldita reforma administrativa. A unidade na luta se constrói por meio das assembleias presenciais e democráticas, comitês de mobilização e greve unificados com técnico-administrativos e estudantes, além da projeção da greve para as ruas e articulação com as demais entidades do funcionalismo de todos os níveis, que estão lutando também nos municípios e estados.

Greve já! Construir os comandos de mobilização unificados pela base! Unificar Andes, Fasubra e Sinasefe numa grande greve da Educação Federal! Construir a unidade com o funcionalismo e demais trabalhadores. A hora é agora!

Ceará

Assembleia dos professores estaduais aprova estado de greve

Sob grande pressão da base, a direção do sindicato APEOC (PCdoB/PT/PSOL), finalmente, realizou no dia 15 de março, a assembleia geral da categoria para encaminhar a luta da campanha salarial de 2024. Mas, a direção, no lugar de decretar greve nesta assembleia, procurou direcionar a luta para a aprovação do “estado de greve” e de um calendário montado pela executiva do sindicato durante a semana.

O governo do estado, Elmano de Freitas (PT), já vinha sentando com a direção do sindicato por meio da mesa de negociação permanente. Apesar disso, não houve nenhum avanço na pauta salarial. Entre as reivindicações estão: a) seleção pública para professor temporário; b) um novo concurso público; c) pagamento de

promoções devidas; d) ganho real acima da inflação; e) equiparação do salário dos professores temporários com o dos efetivos em início de carreira.

A Corrente Proletária na Educação/POR interveio na assembleia com o seu boletim, com a banca de materiais e com fala no plenário. Defendeu o pagamento imediato do retroativo do reajuste do piso salarial de 2023, o pagamento das progressões para toda categoria, a efetivação dos professores temporários contra a precarização (terceirização) no trabalho docente, a equiparação salarial entre temporários e efetivos e decretação da greve da categoria na próxima assembleia no dia 26 de março.

Ceará

Boletim da Corrente Proletária - Caucaia

O Boletim da Corrente Proletária Estudantil traz o artigo “Lutemos por nossa permanência no IF campus Caucaia”, onde chama a atenção para a grande evasão de estudantes em razão de uma série de fatores, como a grande dificuldade na acessibilidade, a ausência de restaurante universitário e dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Diz o Boletim: “A inacessibilidade ao IFCE Campus Caucaia é um dos principais obstáculos. O transporte escolar fornecido pela prefeitura é insuficiente, com apenas um ônibus disponível, quase sempre está abarrotado de alunos que têm que se espremerem para sair do Campus até o centro da cidade”.

A falta de um RU tem sido um grande problema: “nos deixa

com opções alimentares insatisfatórias, muitas vezes limitadas a lanches básicos que são insuficientes muitas vezes para todos”, diz o Boletim. Por fim, defende a construção do RU gratuito e acessível a todos. Chama a atenção ainda para a necessidade de “mais bolsas de assistência estudantil e de uma biblioteca melhor equipada, pois os acervos de livros atuais são limitados e muitos de nós acabamos precisando recorrer a materiais em PDF na internet. Isso sem contar os problemas enfrentados pelos professores, que reclamam constantemente da falta de material de trabalho, como papel”. O Boletim denuncia o corte do orçamento feito pelo governo Lula/Alckmin e convoca as entidades UNE e UBES a lutarem contra a destruição da educação.

Paraná

Revogação da LGU também deve ser bandeira do movimento estudantil

A Corrente Proletária no Paraná distribuiu no dia 13 seu Boletim, que convoca o movimento estudantil da UEL a se engajar na luta pela revogação da Lei Geral das Universidades – LGU. Essa lei, cuja finalidade principal é a de reduzir os gastos com o ensino superior estadual mediante o corte de pessoal técnico e docente, ataca frontalmente a autonomia das IEES, pois sem transformar as universidades em extensões do aparato direto do governo, não poderia proceder os cortes.

Até agora, após a pandemia, o movimento estudantil está patinando na sua organização e não consegue estruturar uma pauta própria, nem protagonizar qualquer luta contra o governo e a burocracia universitária. É nesse sentido que o Boletim da Corrente Proletária chama os estudantes a incorporarem na luta pela revogação da LGU com suas reivindicações e métodos de luta. Diz: “A necessidade do movimento estudantil enfrentar a LGU decorre não apenas do corte de professores e técnicos, do fechamento de cursos que não mantiverem os mínimos exigidos pelo governo, mas, principalmente, devido à liquidação da pouca autonomia das universidades. A ingerência do governo na gestão financeira, administrativa e acadêmica (imposição de parâmetros para existência de cursos) se tornará insuportável com a plena implantação da lei. Nessa medi-

da, o escasso peso dos estudantes na condução da instituição será cada vez menor, pois a burocracia universitária, como representante do governo dentro das universidades terá seu poder reforçado e privilegiará o atendimento das restrições que o governo impõe na tentativa de arranjar alguma migalha para ela própria”.

Está posta também a necessidade do fortalecimento da Corrente Proletária, que encarna o programa do proletariado dentro da universidade, única possibilidade de superar a crise de direção do movimento estudantil.



São Paulo

Posição da Corrente Proletária na reunião de funcionários de escolas

No dia 15 de março, a direção da Afuse chamou a primeira reunião com representantes de escola (RUTS), com dispensa de ponto. É importante destacar que o governo dita quantos funcionários podem participar e autoriza a reunião com dispensa do dia de trabalho. Ou seja, a escola pode ter dois representantes, mas no momento da reunião só pode participar um de cada escola. A direção da Afuse apresenta o calendário de reuniões do sindicato, para que o governo aprove a dispensa do ponto. Esse exemplo serve para mostrar o grau de estatização do sindicato (Afuse), que é dirigido pelo PT.

Na região de Franco da Rocha, a reunião aconteceu na subseção da Apeosp. Nessa região, que envolve cinco cidades, tem apenas 9 RUTs. Demonstração do retrocesso e pouco empenho da direção da Afuse em eleger representantes em todas as escolas. Trata-se de uma política oposta à necessidade de organizar os trabalhadores desde o local de trabalho. Lamentavelmente, o imobilismo da direção da Afuse tem provocado o afastamento dos trabalhadores da educação do sindicato. Uma parte significativa confunde o sindicato com a direção que o comanda. E o resultado acaba sendo reuniões onde a maioria é de aposentados ou ligados diretamente à política da direção, que como dissemos, é petista. Essa direção chegou ao ponto de fazer reuniões regionais no diretório do PT, como ocorreu no dia 15 de março na zona Leste. Como se vê, não há independência política e organizativa do sindicato diante do Estado e do governo.

A pauta da reunião se resumiu em chamar os trabalhadores a escolher os prefeitos nas eleições municipais de outubro e continuar com a campanha de envio de e-mails aos deputados para cobrar o atendimento das reivindicações. Boa parte da reunião foi dedicada aos informes sobre o ALE, a data de agosto para o Congresso etc. Portanto, nenhuma ação imediata para impulsionar a luta pela reposição salarial, fim das terceirizações, efetivação de todos os terceirizados e melhores condições de trabalho.

A Corrente Proletária interveio com o jornal Massas e o livro da Palestina. Iniciou sua fala mostrando a barbárie social, em particular ao genocídio do povo palestino e à escalada militar das potências sobre as nações oprimidas, como ocorre na guerra na Ucrânia. As consequências estão em todo o mundo. No Brasil, crescem a fome e a miséria. O governo Lula não revogou as contrarreformas de Temer e Bolsonaro, que atingem diretamente os trabalhadores. Tarcísio implementa seu plano de privatização com a entrega da Sabesp, Metrô e CPTM. Na educação, impulsiona a terceirização e os programas privatizantes, por meio das plataformas digitais, favorecendo as empresas do secretário da Educação, Renato Feder. A situação tende a piorar com sua decisão de corte de 5% das já débeis verbas da educação. Diante dessa situação, a resposta dos funcionários de escolas só pode ser a luta direta. No entanto, a direção da Afuse rejeita os métodos próprios dos trabalhadores, que são as greves, manifestações de rua etc., e defende a colaboração de classe com os governos. A Corrente Proletária defende a convocação de uma assembleia geral, amplamente divulgada desde as escolas, para que os funcionários possam tomar em suas mãos o caminho da defesa de suas reivindicações. Defende a unidade dos funcionários efetivos, contratados e terceirizados. Uma só luta contra as medidas de ataque dos governos. Defende, também, a unidade com os professores, que aprovaram o indicativo de greve e assembleia no dia 26 de abril.

Faz parte do trabalho da Corrente Proletária o fortalecimento da oposição à burocracia da Afuse. Portanto, a construção de uma oposição classista, desde as escolas. Sem esse instrumento de luta, a direção da Afuse continuará com sua política de conciliação com os governantes e de costas para as reivindicações vitais dos trabalhadores da educação.

Rondônia

Vamos dar um basta à política de conciliação de classes da direção do sindicato

A burocracia do Sintero mais uma vez tenta dar mais trégua ao prefeito Hildon Chaves. Na reunião com secretários municipais, pediu para que o prefeito atendesse as reivindicações, mas a decisão foi de dar mais tempo. Na reunião para negociar a velha pauta, os secretários não apresentaram nada acerca do compromisso firmado no ano passado e, segundo as direções sindicais, por não obterem resposta se retiraram da reunião.

O prefeito e seu secretariado querem submeter ainda mais a direção do sindicato às decisões do governo. Desde o ano passado, estão enrolando, com promessas mentirosas. As mesas de negociação são, na verdade, instrumentos para quebrar a disposição de luta dos trabalhadores da educação.

Na assembleia do dia 8 de março, compareceram aproximadamente 250 trabalhadores em educação, mostrando rejeição em dar mais trégua ao prefeito e partir para o enfrentamento. Porém, as alegações das direções conciliadoras foi que não se podia deflagrar greve por não terem ainda o prazo legal. Na reunião da mesa de negociações, no dia 19, como era esperado, nada ficou decidido. Diante dessa situação, nova assembleia foi marcada para o dia 21.

Depois dessa jogatina armada pela direção do sindicato, a assembleia do dia 21 foi esvaziada. A burocracia manobrou para impedir que a proposta de greve fosse aprovada na assembleia.

Cortou o número de inscrições, defendendo apenas 5. Como não poderia se opor à paralisação, defendeu um dia de paralisação no dia 26 com um ato na Câmara de Vereadores.

A Corrente Proletária interveio com o Boletim e a fala em defesa da greve. Criticou a conduta da burocracia de limitar o número de intervenções na assembleia, se apoiando nas reclamações de uma camada de professores que não compreende a importância da democracia sindical, que se expressa no direito dos que se opõem à direção do sindicato de apresentar suas posições e avaliações do movimento nas assembleias. Mostrando que essa conduta da direção reforça a despolitização do professorado.

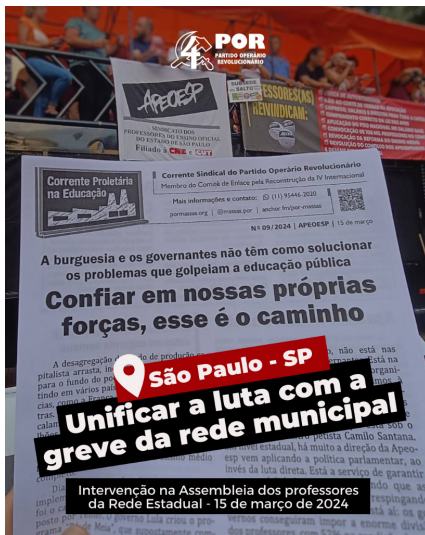
O que se passou nessa assembleia só veio confirmar as posições da Corrente Proletária de que sem mobilização, sem a greve massiva e combativa, não será possível conquistar as reivindicações. A política da direção do sindicato afasta uma parcela do professorado e favorece os ataques do prefeito à educação e às condições de existência dos trabalhadores da educação.

Companheiros, trabalhadores da educação, vamos dar um basta à enrolação e confiar em nossas próprias forças para arrancar o que é nosso direito. Imediato pagamento do piso salarial e atendimento das reivindicações dos trabalhadores da educação!

São Paulo

Burocracia da APEOESP e correntes aliadas impõem um freio à mobilização do magistério

Eis a tarefa: ampliar a mobilização para a assembleia de 26 de abril



Para o professorado paulista, o ano de 2024 começou com uma atribuição on-line de aulas completamente caótica, levando milhares de trabalhadores da Categoria O (contratos precarizados) ao desespero, diante da possibilidade do desemprego. Essa questão veio a somar aos muitos outros problemas que afetam os professores, como o arrocho salarial, a perda de direitos, as péssimas condições de trabalho etc. Com essa situação

tem dificuldade para participar das paralisações, devido ao temor da cessação do contrato. Há também uma camada numericamente expressiva de docentes novos na rede, que nunca participou de greve alguma (a última foi em 2015), não possui a mesma experiência da vanguarda classista da APEOESP, que se forjou em grandes enfrentamentos desde a tomada do sindicato das mãos dos pelegos da época da ditadura militar. Em suma, havia e há uma combinação de fatores que dificultam o convencimento dos docentes a participarem dos chamados do sindicato.

Está aí o caráter progressivo da adesão dos professores no dia 15. Isso não significa que havia já as condições para a aprovação imediata da greve. A vanguarda estava diante dessa contradição. Era necessário que a assembleia indicasse as medidas concretas para impulsionar a tendência ascendente de mobilização, com um calendário de visitas dos comandos às escolas, realização de ações regionais, enfim, um conjunto de ações que apontasse o caminho da greve. A aprovação da greve dos municipais de SP comparecia como um fator favorável, sobre o qual cabia aos estaduais se apoiarem.

A resposta política da direção da APEOESP, no entanto, resultou em uma quebra de expectativa, tendo em vista que optou por indicar tão somente uma data distante de nova assembleia, no dia 26 de abril, aproximadamente 50 dias depois. Não se tratava de uma mera discussão de datas. Por trás estava qual atitude tomar diante da realidade, como fazer para o movimento ganhar corpo.

Essa polêmica havia surgido já na reunião do Conselho Estadual de Representantes (CER), ocorrida na manhã do mesmo dia (a assembleia foi à tarde). E o único suposto argumento utilizado pela

objetiva, era natural que se fortalecesse a insatisfação entre o professorado. Foi essa condição concreta que levou uma parcela considerável do magistério a acatar o chamado do sindicato para a assembleia do dia 15 de março.

Ao que tudo indica, foi a maior assembleia desde a Pandemia. Esse é um dado relevante, se se considera a dificuldade para colocar em movimento uma categoria que possui quase 60% de contratados, um setor que não possui estabilidade no emprego – logo, que

burocracia sindical, acompanhada da maioria das correntes da ex-oposição, foi o de que não havia condições para a greve. Em outras palavras, partiam de uma consideração correta em geral, para justificar o imobilismo. No lugar de se apoiar na tendência crescente de mobilização para ganhar para a luta a camada ainda reticente, os burocratas fizeram o inverso, utilizaram esta camada para sufocar a organização ascendente.

Essa atitude da direção se explica principalmente pela conjuntura. Em primeiro lugar, vale lembrar que são correntes governistas, no que se refere ao âmbito federal. É o próprio PT quem dirige o sindicato, associado a uma série de agrupamentos do campo do nacional-reformismo e do estalinismo. Não querem, por isso, alimentar grandes explosões de insatisfação por parte dos oprimidos, com receio de que venha a respingar em Lula. Em segundo lugar, este ano é eleitoral. Uma greve atrapalharia a caça aos votos para seus candidatos a vereador e prefeito.

Na capital paulista, em especial, há o “fator Boulos”. As últimas pesquisas ainda apontam o candidato do PSOL à frente nas pesquisas na disputa pela maior Prefeitura do país, mas com uma margem apertadíssima, configurando estatisticamente um empate. Não é segredo para ninguém que Boulos tem buscado se livrar da pecha de “radical” que carrega como liderança dos sem-teto. Precisa ganhar votos na base conservadora do rival Nunes/MDB. Uma greve dos professores da rede estadual, que teria de enfrentar tantos obstáculos, certamente não estava e não está nos cálculos eleitorais dos psolistas e dos petistas - ressalte-se o fato de o PT ter trazido de volta Marta Suplicy, que estava no MDB, para ocupar o lugar de vice na chapa de Boulos.

Grande parte dessas correntes do campo petista caracterizam que estamos diante do perigo iminente do fascismo. Exemplo disso é a atitude do próprio presidente Lula diante do Golpe de 1964, proibindo manifestação oficial nesse sentido. Certamente, as tendências golpistas, ultradireitistas e fascizantes da burguesia fazem parte da situação política. Os reformistas, porém, superdimensionam essas tendências, com o objetivo de capitalizar votos. Faz parte da atitude a ser tomada diante do “perigo fascista”, ainda do ponto de vista da burocracia sindical, não “cutucar a onça com vara curta”. Isto é, procura legitimar a própria paralisia utilizando o espantinho do “fascismo”.

A Corrente Proletária na Educação trabalhou pela mobilização dos trabalhadores, defendendo as reivindicações e os métodos próprios da classe operária. O combate às tendências fascizantes só pode se dar no campo da independência de classe, erguendo a luta por um programa de reivindicação e métodos próprios dos explorados. Estampou no panfleto distribuído na assembleia do dia 15 a consigna de “confiar em nossas próprias forças”, indicando que “o caminho é a greve”. Sem luta, o professorado continuará padecendo do problema do desemprego, do arrocho salarial etc.

Lamentavelmente, a assembleia do dia 15 terminou com um conflito em torno à aferição dos votos, com um choque entre os proponentes do dia 5/4, como a Corrente Proletária, e do dia 26/4 (direção). Esse tipo de situação, motivada pelas manobras da burocracia sindical, não contribui para a mobilização da base da categoria. De qualquer maneira, o que resta como tarefa agora é trabalhar para paralisar mais escolas e levar ainda mais professores à próxima assembleia, pois este é o único caminho para enfrentar as manobras da direção, para erguer a força social para derrotar o ultradireitista Tarcísio e conquistar as reivindicações do professorado.

Boletim da Corrente Proletária

O Boletim distribuído na assembleia continha quatro notas. A primeira, expressava a política mais geral da Corrente Proletária. Trazia como título: “A burguesia e os governantes não têm como solucionar os problemas que golpeiam a educação pública. Confiar em nossas próprias forças, esse é o caminho”. Reproduzimos a seguir:

“A desagregação do modo de produção capitalista arrasta, inevitavelmente, a educação para o fundo do poço. É o que estamos assistindo em vários países, que incluem as potências, como a França, Estados Unidos entre outras. No Brasil, a situação chegou ao ponto de calamidade, quando se comprova que 9 milhões de jovens entre 15 a 19 anos não conseguiram terminar a educação básica; quando 43% das crianças não concluíram o ensino fundamental e 35% não têm o ensino médio completo.

Diante dessa catástrofe, os governantes implementaram inúmeras “reformas”, como foi o caso do recente Novo Ensino Médio, imposto por Temer. O governo Lula criou o programa “Pé de Meia”, que supostamente combate à evasão escolar no ensino médio. Para o governador Tarcísio, a solução está na expansão das escolas cívico-militares, programa de Bolsonaro, e no avanço da privatização, reduzindo recursos para educação, fechando salas e turnos nas escolas, mantendo a farsa do Novo Ensino Médio, as PEIs e ampliando o uso das plataformas digitais. São medidas que já nascem já mortas, porque estão a serviço das diretrizes capitalistas, ou sob a máscara da defesa dos professores e da juventude, como do “Pé de Meia”.

Não bastando tamanha tragédia, Tarcísio impôs o concurso fraudulento e manteve a atribuição de aulas online (que por si só já é uma fraude), para evitar os protestos dos professores. O que resultou em milhares de professores desempregados ou subempregados.

O problema, no entanto, não está nas ações da burguesia e dos governantes. Está na incapacidade das direções sindicais de organizar a luta. Em nível nacional, referimos à CNTE, que nunca se colocou à altura de preparar uma resposta coletiva dos trabalhadores da educação. Agora, com o PT no governo, se tornou uma apêndice do MEC, que está sob o comando do Ministro petista Camilo Santana. Em nível estadual, há muito a Apeoesp vem aplicando a política parlamentar, ao invés da luta direta. Sem dizer que está a serviço de garantir a governabilidade de Lula, evitando que as mobilizações no estado acabem respingando em nível federal. E o resultado está aí: os governos conseguiram impor a enorme divisão dos professores, com 57% na condição de contratados e milhares desempregados.

Ganhar a confiança dos professores e nos métodos próprios de luta passou a ser a principal tarefa. O que significa rejeitar a política das direções sindicais, que é de colaboração de classes, defender a independência política e ganhar o professorado e os estudantes para a luta unitária para derrotar as contrarreformas educacionais da burguesia e de seus governantes”.

A segunda, “O caminho é a greve”, mostrava as condições objetivas diante dos ataques do governo Tarcísio. Dizia: “A assembleia dos professores estaduais tem de estar sob essa perspectiva de erguer uma poderosa greve unitária. O que significa rejeitar as ações individuais contra o concurso fraudulento e as atribuições de aula, o corte de recursos da educação por Tarcísio, o uso das miseráveis plataformas digitais, a criação da escola da ultradireita (escola cívico-militares) e o arrocho salarial. E aprovar os métodos próprios dos trabalhadores, que são as manifestações massivas de rua e a greve.”

A terceira, dizia respeito ao eixo da greve. E destacava as reivindicações que permitem unifica os professores efetivos e contratados. Eis: 1) o emprego a todos, que só pode vir com a redução do nº de alunos por sala (no máximo 25) e abertura de todas as salas fechadas; 2) a efetivação dos professores contratados, ou seja, dos 57% da categoria. Trata-se da estabilidade a esses professores, portanto, contra a farsa dos concursos, que só servem para demitir os professores que já estão trabalhando; 3) a reposição das perdas salariais. É preciso aprovar o índice de reajuste a ser exigido de Tarcísio. Até o momento, o governador tem negado reajustar os salários dos trabalhadores da educação; 4) a luta contra todos os programas dos governos que permitem a privatização da educação pública, entre eles o Novo Ensino Médio, as terceirizações e as plataformas digitais.

Por fim, o Boletim chamava o apoio efetivo à greve dos trabalhadores da educação do município de São Paulo.

Formação Política

A regional do Paraná e Rio Grande do Sul tem realizado um estudo sistemático do livro do Lênin “Imperialismo, fase superior do capitalismo”. Segue uma síntese do segundo capítulo dessa obra imprescindível para a formação dos quadros partidários.

Os bancos e seu novo papel

Neste capítulo, Lênin explica um fenômeno fundamental na transformação do capitalismo em imperialismo: a transformação dos bancos, de milhares de modestos intermediários num pequeno número de monopolistas. Estes estabelecimentos, que inicialmente serviam apenas como meros intermediários nos pagamentos, convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, criador de lucro, colocando à disposição da classe capitalista (a indústria) o dinheiro de que precisam para produzir, quer dizer, extrair mais-valia, valorizar capital. O aumento das operações bancárias impulsionado pelo desenvolvimento industrial, leva à concentração destas operações num reduzido número de estabelecimentos que passam a dispor de quase todo o capital dinheiro do conjunto dos capitalistas e dos outros empresários, assim como da maior parte dos meios de produção e das fontes de matérias-primas de um ou de muitos países.

Na sua explicação, Lênin apresenta dados que ilustram essa concentração. “No exercício de 1907-1908, os depósitos de todas as sociedades anônimas bancárias da Alemanha que possuíam um capital de mais de um milhão de marcos eram de 7,0 bilhões de marcos; no exercício de 1912-1913 tinham subido para 9,80 bilhões. Um aumento de 40 % em cinco anos. Os pequenos bancos são esmagados pelos grandes, nove dos quais concentram quase metade de todos os depósitos”. E conclui que, é evidente que, um banco desses, que entra em acordos com meia dúzia de outros bancos, quase tão importantes como ele, para operações financeiras particularmente volumosas e lucrativas, tais como os empréstimos públicos, deixou já de ser um “intermediário” para se converter na aliança de um punhado de monopolistas.

O fenômeno leva à subordinação a um centro único de um número cada vez maior de unidades econômicas que antes eram relativamente “independentes”, e, quando as operações crescem até atingir proporções gigantescas “... resulta que um punhado de monopolistas subordina as operações comerciais e industriais de toda a sociedade capitalista, colocando-se em condições - por meio das suas relações bancárias, das contas correntes e de outras operações financeiras de, primeiro, conhecer com exatidão a situação dos diferentes capitalistas, depois de controlá-los, exercer influência sobre eles mediante a ampliação ou a restrição do crédito, facilitando-o ou dificultando-o, e, finalmente, de decidir inteiramente sobre o seu destino, determinar a sua rentabilidade, privá-los de capital ou permitir-lhes aumentá-lo rapidamente e em proporções enormes, etc.”.

A substituição do velho capitalismo, em que reinava a livre concorrência, pelo novo capitalismo, no qual domina o monopólio, é expressa, entre outras coisas, pela diminuição da importância das Bolsas. “Há já algum tempo - diz a revista Die Bank - que a Bolsa deixou de ser o intermediário indispensável da circulação que era dantes, quando os bancos não podiam ainda colocar a maior parte das emissões nos seus clientes”.

Lênin ressalta que o velho capitalismo, o capitalismo da livre concorrência, “com o seu regulador absolutamente indispensável, a Bolsa, desaparece para sempre”. Esta afirmação, no entanto, mesmo sendo válida no sentido de que a bolsa deixou de ser o meio por excelência para a alocação dos capitais [função agora exercida pelos conglomerados financeiros], não se confirmou completamente, pois as bolsas continuam existindo, mas, a sua função

consiste principalmente na alocação da imensa massa de capital fictício - decorrente da pura especulação financeira - em aplicações que ainda lhe garanta alguma rentabilidade, servindo essencialmente às movimentações parasitárias.

No lugar do velho capitalismo aparece um novo que, de acordo com Lênin, “tem os traços evidentes de um fenômeno de transição e que representa uma mistura da livre concorrência com o monopólio”. Surge a pergunta da qual os sábios burgueses fogem: em que desemboca a transição do capitalismo moderno? A essa questão ele responde explicando que as estreitas relações entre diferentes bancos conduzem naturalmente à aproximação entre os sindicatos de industriais que estes bancos protegem. E... “um belo dia acordaremos, e perante os nossos olhos espantados, não haverá mais do que trustes, encontrar-nos-emos na necessidade de substituir os monopólios privados pelos monopólios de Estado”. É esse o sentido da afirmação feita por Marx no O Capital: “Os bancos criam, à escala social, a forma, mas nada mais que a forma, de uma contabilidade geral e de uma distribuição geral dos meios de produção”.

Os dados apresentados por Lênin mostram precisamente essa “contabilidade geral” de toda a classe capitalista, e não só capitalista, pois os bancos recolhem, ainda que apenas temporariamente, os rendimentos em dinheiro de todos, tanto dos pequenos empresários como dos empregados, e de uma reduzida camada superior dos operários. A “distribuição geral dos meios de produção”: eis o que surge, do ponto de vista formal, dos bancos modernos. Mas, pelo seu conteúdo, essa distribuição dos meios de produção não é de modo nenhum “geral”, mas privada, isto é, conforme aos interesses do grande capital, e em primeiro lugar do capital monopolista. Por tanto, como observara Marx, “a forma, mas nada mais que a forma”.

Citando um economista burguês, o autor constata que o crescente aumento da concentração dos bancos restringe o círculo de instituições que podem conceder créditos, com o que aumenta a dependência da grande indústria relativamente a um reduzido número de grupos bancários. Como resultado da estreita relação entre a indústria e o mundo financeiro, a liberdade de movimentos das sociedades industriais que necessitam do capital bancário vê-se assim restringida. Simultaneamente, desenvolve-se a união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, a fusão de uns com as outras mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão ou de administração das empresas industriais e comerciais, e vice-versa.

A “união pessoal” dos bancos com a indústria completa-se com a “união pessoal”, de umas e outras sociedades com o governo. “Lugares nos conselhos de administração são confiados voluntariamente a personalidades de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, os quais podem facilitar em grau considerável as relações com as autoridades”, afirma outro arguto economista burguês.

Os próprios intelectuais da burguesia constataam então que, os grandes bancos tendem para que as relações com os estabelecimentos industriais sejam o mais variadas possível, tanto do ponto de vista do lugar como do ponto de vista do gênero de produção:

procuram eliminar a distribuição desigual do capital entre as diferentes zonas ou ramos da indústria.

Para ilustrar os métodos de aberta coação que os monopólios bancários utilizam, Lênin menciona um fato ocorrido em novembro de 1901, quando um dos bancos berlinenses dirigiu ao conselho de administração do Sindicato do Cimento da Alemanha a seguinte carta: “Segundo a nota que tornaram pública em 18 do corrente no jornal tal, parece que devemos admitir a eventualidade da assembleia geral do vosso sindicato, a celebrar em 30 do corrente, adotar resoluções susceptíveis de determinarem na vossa

empresa modificações que não podemos aceitar. Por isso, lamentamos profundamente ver-nos obrigados a retirar-vos o crédito de que até agora gozavam... Porém, se a referida assembleia geral não tomar resoluções inaceitáveis para nós, e se nos derem garantias a este respeito para o futuro, estamos dispostos a entabular negociações com vista a abrir um novo crédito”.

Concluindo com a afirmação de que “o século XX marca, pois, o ponto de viragem do velho capitalismo para o novo, da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro”.

Nesta edição:

Argentina

- Viva a unidade do movimento dos desempregados!
- Somente a classe operária, dirigindo a maioria oprimida, poderá derrotar o grande capital e o imperialismo, responsáveis pelo golpe de 1976 e que hoje apoiam o violento ataque de Milei
- Crise em Rosário devido aos assassinatos de trabalhadores

Portugal

- Eleições em Portugal: o significado do avanço da ultradireita

Trotsky

- Diante da guerra na Ucrânia, a vigência das formulações de Trotsky. A independência da Ucrânia e o confusãoismo sectário
- 32 anos da dissolução da URSS

Artigos das Seções Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional



A seção argentina do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional está inteiramente voltada à luta dos explorados contra o governo ultradireitista de Milei. Publicamos abaixo o panfleto voltado às manifestações do dia 18 de março, quando se realizaram 500 bloqueios em todo o país.

Viva a unidade do movimento dos desempregados! Viva o Dia Nacional de Luta!

22 de fevereiro de 2024

O conjunto de ações que serão realizadas no dia 18 de março parte da nova etapa de luta do movimento dos desempregados. Os bloqueios de estradas e acessos às grandes cidades em todo o país são a continuação das enormes mobilizações do último dia 23 de fevereiro contra a tentativa de sucateamento definitivo dos refeitórios.

O movimento dos desempregados tem sido alvo de ataques de diferentes governos nos últimos anos, combinando cortes orçamentários com um uso colossal do aparato de propaganda para conseguir sua demonização.

Em seu plano demente de subjugação política e econômica e buscando cumprir rigorosamente os infames ditados do FMI, o violento governo Milei continua a causar estragos e não tem sido uma exceção. Continuou a reduzir o número de beneficiários (50 mil neste último mês), bloqueando as entregas de alimentos, “reduzindo” verbas com a desvinculação do Programa Potenciar Trabalho do já miserável Salário-Mínimo Vital e Móvel. O que busca é acabar com o setor.

Assim como seus antecessores, o governo recorreu à velha mentira de procurar a “reconversão” em empregos genuínos, que sempre terminava em “nem nem”: nem auxílios nem empregos. Essa é uma das razões que explica que tenha se conformado uma luta de todos os setores do movimento dos desempregados, como poucas vezes tem acontecido nos últimos anos, deixando de lado as mesquinhas e querelas do aparato.

Nesta segunda-feira, em uma nova medida de repúdio unitário, o movimento piqueteiro bloqueou as estradas do país e pro-

testou nas ruas. Esta jornada se realiza em conjunto com a ATE (Associação dos Trabalhadores do Estado), em repúdio às 600 demissões do Ministério do Capital Humano. Ocorre ao mesmo tempo do fechamento de ruas da orla norte pelos trabalhadores terceirizados das companhias aéreas. A magnitude do ataque está impondo unidade na luta, apesar das tentativas das lideranças de conter o movimento.

Esta jornada deve tornar-se um grande impulso para colaborar na mais urgente unidade de todo o movimento operário, tanto dos empregados como desempregados. Essa é a única possibilidade de torcer o braço do governo e do imperialismo, sabendo que os canais institucionais e as expectativas que ali se depositam estão condenados a sofrer duras derrotas e gerar grandes frustrações nos lutadores.

Desde o POR, defendemos que é preciso avançar na unidade, somando-nos para participar desta medida, buscando o apoio ativo desde as bases.

Entre em contato conosco e organize-se para participar no ponto mais próximo:

6:30 Costanera Norte, em frente ao Aeroparque

9:30 Ponte Pueyrredón

PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

No dia seguinte às manifestações, o POR fez um chamado a organizar a greve geral. Publicamos a seguir.

Argentina

Diante do flagelo do desemprego, precisamos responder com o programa da classe operária

A CGT deve convocar a greve geral!

Na segunda-feira, 18 de março, as organizações de desempregados voltaram a realizar uma jornada de luta nacional para exigir dotações e alimentação para os mais de 40 mil refeitórios que fornecem um prato de comida e a atualização dos benefícios e programas nacionais. Sob a consigna “A FOME NÃO ESPERA”, as organizações bloquearam a ponte entre Neuquén e Cipolletti (Rio Negro), acrescentando à lista nacional reivindicações como geração de empregos nas obras públicas provinciais.

As organizações dos desempregados têm sido protagonistas e promotoras da luta contra a terrível austeridade levada a cabo pelo governo do ditador Milei. Eles derrubaram o protocolo repressivo e antipiquete de Bullrich, que visa impedir que a população se organize ou se mobilize diante de uma situação de catástrofe social que tem colocado milhares de pessoas abaixo da linha da pobreza e provocado o flagelo do desemprego e da fome. O governo deve enviar imediatamente os alimentos para os refeitórios e gerar empregos genuínos.

Perante esta situação, é fundamental que as centrais sindicais convoquem a greve nacional e apresentem um plano de luta. Não podemos suportar viver mais um dia nestas condições miseráveis. A CGT deve representar não só os trabalhadores empregados e sindicalizados, mas também os desempregados. Não basta pronunciar-se sobre o aumento dos planos sociais, é preciso convocar uma greve geral com uma lista única de reivindicações que responda à situação dos trabalhadores empregados e desempregados.

Num cenário em que avança a destruição das forças produtivas, com milhares de trabalhadores desempregados, com o fechamento de fábricas, com a paralisação de obras públicas, devemos responder com o programa da classe operária. Enquanto centenas de trabalhadores são superexplorados com jornadas de trabalho superiores a 12 horas diárias, milhares estão desempregados. É urgente dividir as horas de trabalho entre empregados e desempregados. Devem ser incorporados – com registro em carteira – à produção de petróleo e obras públicas todos os trabalhadores desempregados.

É claro que esse programa envolve o planejamento da economia, com o pleno desenvolvimento da indústria de nosso país, um plano de obras públicas para construir as moradias, escolas e hospitais de que necessitamos. Isso faz parte da solução integral que devemos tomar em nossas mãos diante da catástrofe social que se agrava a cada dia.

A fantasia da dolarização

Essa tem sido uma das bandeiras de Milei na campanha eleitoral, a receita mágica para acabar com a inflação e defender o poder de compra dos salários. O que pôde criar a ilusão numa parte significativa dos trabalhadores de que essa era a solução. São décadas de inflação insuportável que liquefaz toda a renda.

Todos os governos foram incapazes de controlar a inflação. Desde Macri, que disse que seria resolvida em 15 minutos, até

Fernández, que lhe “declarou guerra”. A ditadura militar também fracassou miseravelmente: em 1976, 444%, em 1977, 176%, em 1978, 171,4%, 1979, 163%, 1980, 100,8%, chegando a 343,8% em 1983, sem poder culpar nenhum governo anterior. Martínez de Hoz inaugurou sua gestão no Ministério da Economia com um discurso copiado por Milei, alertando que haveria uma inflação de 17.000% em seu primeiro ano e que a ditadura a impediria.

O governo Alfonsín que se seguiu terminou em hiperinflação; e Menem, que o sucedeu, fracassou em sua tentativa de controlá-la com a Bunge & Born à frente da economia. Por isso recorreu à “magia” de Cavallo e do capital financeiro internacional, que levou à entrega do patrimônio nacional a um endividamento colossal para sustentar a “convertibilidade”, a ficção do 1 a 1 entre o dólar e o peso, o que tampouco conseguiu evitar a inflação, e que acabou explodindo em 2001.

A burguesia tentou de todas as formas, civil e militar, peronista, radical e liberal, todas fracassadas em seu objetivo de acabar com a inflação. Todos foram incapazes diante do poder dos monopólios e dos bancos. Não há nada que esperar de qualquer governo capitalista, mesmo que ele se autointitule “anarco” e se apresente como algo novo e original.

Hoje um setor da burguesia rejeita a proposta de dolarização, o FMI e os EUA dizem publicamente que Milei pode fazer o que quiser, mas não lhe emprestam um dólar para essa aventura. Não podemos descartar que em seu desespero o presidente tente. Diz que, se conseguir continuar acumulando dólares, poderá levantar o controle cambial e preparar as condições para dolarizar a economia. Mas os exportadores não acreditam no governo, e estão segurando a safra, esperando uma nova desvalorização que volte a impactar todos os preços. Os números não fecham e o governo está pagando caro pela improvisação e ignorância.

Rejeitamos qualquer forma de dolarização. Dolarizar é renunciar completamente à soberania nacional. É depender da política monetária dos Estados Unidos, das suas decisões, do país que nos oprime e que também compete nas exportações agrícolas e de hidrocarbonetos. Transformaria abertamente o país em uma colônia.

Substituir o peso pelo dólar não resolve nenhum dos problemas estruturais do país. O objetivo é responder à falsa ideia de Milei e de tantos economistas neoliberais de que a inflação tem apenas uma origem monetária, portanto, se não puder mais emitir moeda, a inflação desapareceria. Esta falácia já foi comprovada em diversas ocasiões quando se deixou de emitir, a base monetária foi mantida e reduzida, e a inflação não parou. A impressão de dinheiro é o recurso disponível para a burguesia quando ela não pode reduzir seus gastos e não está disposta sequer a se apropriar da renda dos setores mais parasitários da economia. Uma das causas da inflação é a grande concentração e monopolização da economia em um punhado de grupos que definem seus preços e arrastem todos os setores. Os governos têm sido impotentes diante desses setores.

Os esquemas de Milei estão queimando. Os mercados não resolvem como o presidente acreditava e queria fazer crer. A realidade é que ele teve de aumentar o intervencionismo estatal para evitar uma grande crise. Ele teve de pedir aos formadores de



preços dos alimentos, aos supermercados, para que moderassem a remarcação de preços, jogando fora todo o seu discurso. Os preços hoje são mais caros do que na Europa, para produtos que são produzidos no país. Milei teve de adiar os reajustes tarifários de março, porque a inflação ainda está muito alta. As medidas que já adotou agravaram como nunca as condições de vida das massas, e o fracasso dessas medidas o levarão a novos ajustes para forçar o fechamento das contas.

Quanto mais cedo derrotarmos esse fenomenal ajuste empobrecedor contra a maioria, melhor. Quanto mais cedo resolvermos nossa independência política e estruturarmos um movimento anti-imperialista liderado pela classe operária, muito melhor, porque nos permitirá ver mais claramente a questão do poder, como vamos montar um governo operário e camponês como expressão da maioria oprimida, baseado nas organizações de base, nas assembleias, nas coordenadoras, nos sindicatos recuperados para os trabalhadores.

Abaixo publicamos o Manifesto do POR argentino posicionando-se na data do golpe militar. Esse pronunciamento dirigido à classe operária e demais trabalhadores é parte da luta contra o governo Milei, ultradireitista, antinacional e antipopular. No Brasil, também nos pronunciamos diante dos 60 anos do golpe militar que abriu caminho para os golpes sangrento na Argentina e no Chile. Neste número do jornal Massa publicamos, o Manifesto distribuído nas manifestações do dia 23 de março. Eis o Manifesto da seção argentina do CERQUI:

Somente a classe operária, dirigindo a maioria oprimida, poderá derrotar o grande capital e o imperialismo, responsáveis pelo golpe de 1976 e que hoje apoiam o violento ataque de Milei

É preciso fazer Memória. Repetindo mil vezes que o golpe genocida foi preparado e ordenado pelo grande capital e pelo imperialismo, especialmente pelos EUA. Os militares foram seu instrumento.

Foi uma operação internacional que visava liquidar a vanguarda operária, juvenil, camponesa na Argentina, no Uruguai, na Bolívia, no Chile etc.

Liquidar os sindicatos recuperados da burocracia, com as comissões internas, com os corpos de delegados, com todo o ativismo. A grande maioria dos presos desaparecidos eram trabalhadores. Faziam parte de um processo de radicalização social que ocorria em todo o mundo, de Cuba ao Vietnã e ao Sudeste Asiático, do Leste Europeu à América Latina, da África aos Estados Unidos.

Só assim as políticas do imperialismo poderiam avançar para sair da crise e consolidar o seu domínio, para subjugar ainda mais os nossos países e saquear os nossos recursos, para se apoderar de sectores-chave da economia e para reverter os direitos e conquistas dos trabalhadores.

Se houve guerra, foi contra os oprimidos, contra a nação. As Forças Armadas agiam em nome do inimigo da nação, foram servis aos seus interesses.

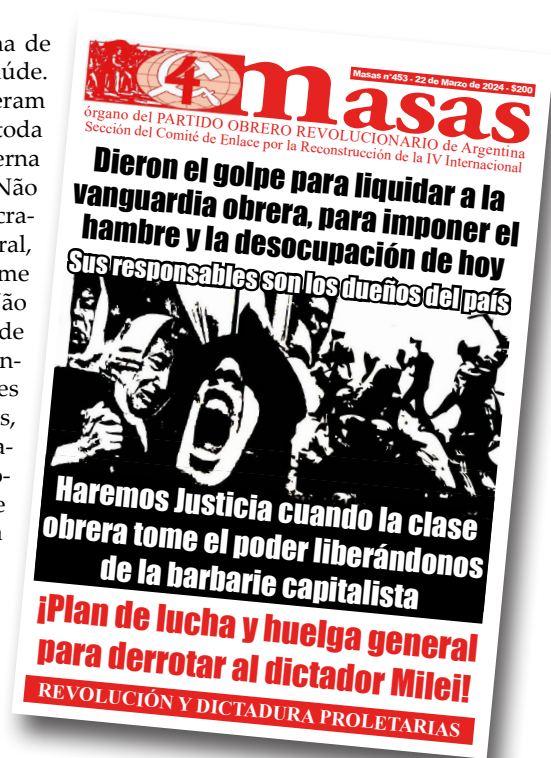
Se houve processos de democratização em nossos países desde a década de 1980, é porque o melhor dessa vanguarda foi eliminado, suas organizações foram destruídas. As formas democráticas que emergiram foram fortemente condicionadas pelo imperialismo.

A democracia burguesa é uma das formas do regime da ditadura do capital. O poder real sob a democracia permaneceu nas mesmas mãos dos que a detinham sob a ditadura. Tornou-se mais rico, mais concentrado e centralizado, endividou e saqueou o país. Cresceram a pobreza, a precarização, a fome e o desemprego. Avançou a destruição da escola e da saúde pública. A grande maioria das reformas neoliberais e antinacionais impostas pela ditadura e por Menem ainda estão vigentes, nenhum governo reverteu sua "reforma do Estado", com suas privatizações, com a desintegra-

ção do sistema de educação e saúde. E reconheceram e pagaram toda a dívida externa fraudulenta. Não existe "democracia" em geral, é um regime de classe. Não há igualdade possível entre opressores e oprimidos, entre exploradores e explorados, entre ricos, cada vez mais ricos e pobres, cada vez mais pobres.

Não se deve confundir a defesa de todas as liberdades democráticas com a defesa da democracia burguesa. Não defendemos a democracia burguesa, como se manifestam alguns, pretendendo contrapor democracia à ditadura.

O fenômeno Milei nasce das entranhas da democracia. Alimentado por grandes empresários e pela mídia, ganhando cada vez mais espaço, alimentado também pela crescente desilusão nos partidos políticos do sistema e nas formas de democracia burguesa que levaram à catástrofe social. O peronismo, incluindo sua ala kirchnerista, encarregou-se de frustrar novamente todas as ilusões que haviam sido depositadas em 2019 para superar o desastre de Macri e que nasceu sujeito ao acordo com o FMI.



Como a ditadura genocida, que também nasceu das entranhas da democracia. Sob o governo de Perón, os bandos ultradireitistas começaram seu trabalho abertamente em 1973 (Massacre de Ezeiza), fazendo inúmeras vítimas, combinando seu trabalho de terror estatal e paraestatal com a intervenção das províncias e a repressão das lutas operárias. As câmaras empresariais prepararam o golpe com bastante antecedência, resolvendo seu programa e seus executores, com a colaboração dos principais partidos patronais e boa parte da burocracia sindical. Como disse Balbin (UCR), o objetivo era acabar com a “guerrilha da fábrica”, como ele chamava os delegados, grupos e ativistas classistas.

Hoje, Milei e seu governo precisam impor um regime de ditadura civil para levar adiante seu programa. Todas as câmaras patronais apoiam o seu brutal ataque às condições de vida e de trabalho da grande maioria, de submissão colonial ao capital financeiro. Mas precisam esmagar os oprimidos. Foi a forte e crescente resistência desde o início que causou suas derrotas políticas e contínuos retrocessos, seus protocolos repressivos já foram quebrados em inúmeras ocasiões.

Por isso, este 24 de março tem um conteúdo especial. Estamos diante de um governo que reivindica a ditadura genocida e o governo de Menem. Que coloca personagens recalitrantes de extrema direita como funcionários de seu governo. Os partidos políticos e a mídia trabalham há muito tempo para reivindicar essa ditadura militar genocida e justificar suas políticas de ataque à classe operária e aos oprimidos para arrancar seus direitos e conquistas. Não é um ataque à burocracia, é um ataque aos sindicatos para impor a criminalização do movimento operário, dos protestos.

Por isso, é tão importante que a CGT, a CTA e os movimentos dos desempregados convoquem esta jornada. Entendemos que objetivamente faz parte do plano de luta para derrotar Milei e suas políticas. É o melhor terreno para continuar convocando uma greve geral. E para ajudar os trabalhadores e as massas a superarem suas lideranças burocráticas, paralisadas por muitos anos garantindo a governabilidade dos governos burgueses que atacaram os direitos dos trabalhadores e subjugaram cada vez mais o país. Eles são os responsáveis por isolar as lutas e pelo fato de o capital ter avançado tanto. As centrais sindicais e os sindicatos são os que existem, os que têm o poder de convocação, que são reconhecidos pelos trabalhadores, mesmo quando criticam os seus dirigentes.

O poder real, o domínio da economia, continua nas mesmas mãos que sob a ditadura e sob a democracia. São os latifundiários, os bancos, as multinacionais, cada vez mais concentrados. A resposta é que temos de acabar com esses sectores minoritários que nos levaram à ruína, não há forma de negociar ou conviver com eles. Enquanto tiverem o poder real, não haverá “Nunca Mais”, porque adotam as formas políticas que melhor lhes convêm para defender sua propriedade, seus interesses.

O país deve ser ordenado sobre outras bases para evitar sua queda na barbárie social. Para isso, é preciso acabar com a dominação deles. Essa foi a luta dos anos 1970, por transformar a realidade, colocar todos os recursos materiais e humanos a serviço da maioria, libertar a Argentina de toda opressão. Isso significa ignorar toda a dívida externa e o acordo com o FMI, expropriar a grande propriedade dos meios de produção, estatizar os bancos e o comércio exterior, recuperar os rios, lagos, portos, jazidas, minas, defender hoje todas as estatais contra todas as formas de privatização etc.

Os partidos políticos patronais se diretizararam, se submeteram completamente ao capital financeiro, aos seus ditames, se prostaram diante de suas imposições a ponto de legitimar a dívida externa no Congresso e aprovar o programa econômico do FMI. É um processo mundial diante do esgotamento, decomposição e podridão do capitalismo que se traduz em guerras violentas para sustentar seu domínio, como as que se desenrola contra a Rússia

na Ucrânia ou o genocídio contra o povo palestino, estendendo a guerra sobre outros países. Milei faz parte desse fenômeno e se alinhou expressamente aos EUA e a Israel, aos Trumps e aos Bolsonaro.

Somente a classe operária à frente da maioria oprimida, com sua organização e seus métodos de luta, pode pôr fim às políticas do grande capital. É preciso montar uma frente única anti-imperialista que lute pelo poder da classe operária e dos oprimidos da cidade e do campo apoiada nos órgãos de poder criados pelos trabalhadores em luta, assembleias populares, coordenadoras, assembleias nos locais de trabalho. Uma frente que vise enterrar definitivamente o Estado burguês incapaz e vendilhão.

Todas as fórmulas capitalistas já foram tentadas, com militares ou civis, nacionalistas ou liberais, radicais ou peronistas, e agora disfarçadas de anarcocapitalistas. A burguesia e a pequena burguesia já se mostraram incapazes, impotentes e covardes diante do amo imperial.

Não há saída sob o capitalismo, que não pode ser reformado. Nenhuma confiança nos governadores que estão presos por mil correntes à grande propriedade, nem nos legisladores, nem no Congresso, nem nas eleições, nem nas lideranças burocráticas.

É necessário um bom balanço de toda esta crise para não cometer os mesmos erros, para acabar com as frustrações e os sapos engolidos, para concluir que precisamos de outro rumo, de outra política. A classe operária é chamada a ocupar esse papel de classe dominante da nação oprimida, desde que se torne politicamente independente. Que se Independize dos partidos que defendem a grande propriedade privada, que defendem os latifundiários, os banqueiros, as multinacionais. Eles são a base de todos os golpes, de todas as ditaduras, são eles que estão por trás de Milei.

Se não acabarmos com essas bases materiais, com esse punhado de empresas e empresários que controlam a economia, não há como democratizar o país, acabar com a impunidade, desbloquear as forças produtivas.

Para derrotar Milei e as suas políticas antinacionais, para combater a pobreza, para defender os salários e as pensões, contra as demissões e a precariedade, temos que confiar exclusivamente nas nossas próprias forças, nos nossos métodos de luta - nas mobilizações, nos bloqueios, nas ocupações e sobretudo na greve geral.

É fundamental que a classe operária reivindique os nossos 30 mil desaparecidos, que queira outro mundo, outra sociedade, que não lute por esta democracia burguesa. Foram sequestrados porque questionavam a ordem social desde os sindicatos, as fábricas, os centros estudantis, as organizações de bairro, as ligas agrárias e as organizações políticas que discutiam a questão do poder, que tipo de revolução tinha de ser feita na Argentina.

Milei está ocupado o tempo todo atacando o socialismo, o comunismo, a esquerda, o coletivismo, porque sabe que a falência do capitalismo revitaliza todas as bandeiras da classe operária, que é a única alternativa à barbárie capitalista, que é aquela que expressa a revolta dos trabalhadores e dos oprimidos em todo o mundo.

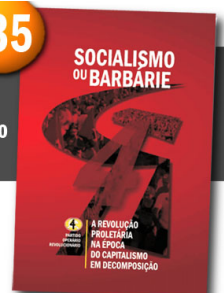
30.000 COMPANHEIRAS E COMPANHEIROS QUE FORAM DETIDOS E DESAPARECERAM. PRESENTES! AGORA E SEMPRE!

Adquira com o distribuidor de Massas:

R\$ 35

**SOCIALISMO
OU BARBARIE**

A Revolução
Proletária na
época do capitalismo
em decomposição



O livro editado pelo POR, reúne uma coletânea de textos com elaborações e formulações programáticas sobre os fatores mais destacados da situação política mundial, um balanço dos 40 anos do golpe militar no Chile, um balanço dos 50 anos do golpe no Brasil e uma crítica programática ao foquismo nesse período.



Publicamos abaixo a declaração do POR argentino em resposta à militarização do país em nome do combate ao crime organizado. Esse tipo de medida serve de máscara à ditadura civil de Milei voltada contra os explorados e suas organizações.

Crise em Rosário devido aos assassinatos de trabalhadores

Governos são incapazes de combater o narcotráfico

12 de março de 2024

O tráfico de drogas é uma das atividades mais lucrativas do mundo. Movimenta dezenas de bilhões de dólares pelo sistema bancário, transportando drogas em submarinos, navios, aviões, caminhões etc. Evidencia a decomposição acelerada de uma sociedade cujas atividades mais lucrativas também incluem o tráfico de pessoas e o tráfico de armas. Esta degradação é a própria barbárie.

1) Empresários poderosos administram esse negócio e têm a cumplicidade das forças repressivas, do Judiciário e dos políticos. Os legisladores estão se recusando a votar uma lei que acabaria com o sigilo bancário, fiscal e do mercado de ações. Nada que permita identificar as movimentações financeiras ligadas a esse negócio ou a outros negócios igualmente ilegais e perigosos. A impunidade dos poderosos está assegurada.

2) Qualquer governo capitalista está fadado ao fracasso na luta contra o narcotráfico, porque não está disposto a avançar sobre o coração e o cérebro desse negócio criminoso. Não estão dispostos a investigar os bancos, ou as grandes fortunas inexplicáveis, ou a recuperar os portos, ou o controle do Paraná.

Não acreditamos em nada dos shows repressivos dos governos que mostram seu “combate” contra o flagelo das drogas e seus “sucessos”. Seja Pullaro, Bullrich, Petri ou Milei. Sua impotência, ignorância e incapacidade ficaram expostas. E também toda a sua hipocrisia, tal como os governos do Partido Socialista e da Frente para a Vitória praticaram no passado.

3) Eles propositalmente confundem a opinião pública ao tentar fazer as pessoas acreditarem que o problema da segurança e do tráfico de drogas são gangues armadas e confrontos entre si para controlar territórios. Eles não entendem nada do que estão falando. E mentem!

4) Em seu discurso de abertura, Milei disse que “em Rosário foi possível reduzir os homicídios dolosos em vias públicas em quase 60% em 2 meses nas áreas controladas pelas forças federais”. Uma semana depois, discute-se o envio das Forças Armadas, intervir na província, declarar o estado de sítio devido ao número de assassinatos de trabalhadores: um manobrista assassinado com três tiros por sicários que entraram no escritório do posto, os homicídios de dois taxistas e o ataque a um motorista de ônibus que ainda continua em estado grave. Todas as ações foram realizadas com uma pistola 9mm, usando balas com o selo da polícia de Santa Fé, como foi usado no tiroteio na 19ª Delegacia na zona oeste.

A imprensa informa que, depois de 10 anos, os bandos pararam de lutar violentamente entre si e se uniram. É por essa razão que as mortes diminuíram, e não por causa do sucesso do Plano Bandeira como Bullrich afirmava. Em fevereiro de 2023, foram 33 homicídios, número que caiu para 7 em 2024. Em janeiro, caiu de 26 para 16 no presente ano.

5) A polícia tem sido questionada há muito pela sua participa-

ção em diferentes bandos, que eles “arrecadam para a política” e ficam com uma boa fatia. Há também cumplicidade nos presídios, onde permitem a centralização dos bandos. Essa podridão do regime político atinge todos os cantos do Estado.

6) Está amplamente provado que não é com a saturação das forças repressivas, ameaças e exibições televisivas, com penas ou condições de detenção mais duras nas prisões que se acabará com esse problema, que se alastra a outras regiões do país. O discurso repressivo serve para que eles avancem na ditadura civil, que precisam impor para que seu programa de governo se concretize.

7) A burguesia responsável por gerar essa “insegurança” nos oferece sua solução: militarizar toda a sociedade, nos colocar a todos sob sua mira para “nos proteger”, e usa todos os meios de comunicação para tentar nos convencer de qual é o problema e como resolvê-lo. Divulga abusivamente as operações realizadas pelas forças repressivas do Estado nacional deslocadas para a cidade de Rosário, numa espécie de estado de sítio, com suas coletivas de imprensa e anúncios oficiais, exaltando cada procedimento.

8) Para pôr fim a este terrível flagelo, que leva sectores crescentes da juventude a consumir, a distribuir drogas, a organizar-se para conquistar um bairro, um território ou uma cidade, que destrói e se autodestrói, devemos começar por combater, expropriar e prender todos os empresários que dominam este negócio e os seus cúmplices. Acabar com a impunidade. Para eles, as penas mais duras.

Por outro lado, é preciso criar milhões de empregos genuínos, urbanizar bairros, com escolas, postos de saúde, com esgoto, água encanada, gás, calçada, serviço de ônibus, cantinas, centros esportivos, construção de casas etc. Reativar imediatamente as obras públicas e industrializar o país. Eliminando a marginalização social, daremos um golpe significativo no tráfico de drogas e na criminalização de um importante setor da juventude.

9) Para conseguir implementar essa política, que vai à raiz do problema, que acabe com a decadência que estamos vivendo, é necessário um governo de outro tipo.

A classe operária deve tomar as rédeas do país liderando a maioria, exercendo sua ditadura de classe sobre essa pequena minoria capitalista que sempre teve o poder, que tem os políticos, os juizes e as forças repressivas a seu serviço e nos levou à barbárie, à fome, ao desemprego e à miséria. Somente a classe operária está disposta a romper com o FMI e impedir que todo o dinheiro seja usado para pagar dívidas fraudulentas. A capturar toda a renda que é confiscada pelas grandes empresas monopolistas, pelos latifundiários, pelos bancos, para organizar a economia sobre outras bases.

Esse governo será produto de um levante nacional que porá fim a esse Estado podre e decomposto que é a ditadura do capital.

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020



Eleições em Portugal: o significado do avanço da ultradireita

As eleições legislativas em Portugal, ocorridas em 10 de março, encerram com a vitória da frente de centro-direita (Aliança Democrática), sustentada pelo Partido Social Democrata (PSD). As eleições de março trouxeram, além disso, duas surpresas: a derrota do Partido Socialista (PS) que perdeu 43 assentos na Assembleia da República, caindo de 120 para 77, e o crescimento do Chega, partido da ultradireita portuguesa que passou de 12 para 48 cadeiras. Partidos de menor expressão como o Iniciativa liberal (IL) ou Bloco de Esquerda (BE), que congrega uma parte dos centristas, permaneceram com o mesmo peso parlamentar: 8 e 5 assentos respectivamente, enquanto a federação do Partido Comunista Português (PCP) e Partido Verde, caiu de 6 para 4 deputados.


Desde novembro de 2015, o PS, com António Costa, mantém-se à frente do governo português. Há apenas dois anos, em março de 2022, o PS saía das últimas eleições com uma vitória acachapante, alcançando 120 cadeiras, o que permitiu a seu Primeiro-Ministro, governar com maioria absoluta. Os últimos 24 meses, contudo, foram marcados por crises políticas, demissões no gabinete e, por fim, acossado por denúncias e uma operação judicial (influencer) o pedido de demissão do próprio António Costa.

Fiel à sua tradição reformista social-democrata, o PS é um dos pilares do regime democrático burguês desde o fim da salazarismo, na década de 1970. Sua política de conciliação de classes não apenas serviu à contenção das lutas dos oprimidos como também à ilusão de que medidas de bem-estar social seriam o caminho para a prosperidade nacional. A crise de 2008, que faz nascer um novo ciclo de endividamento, atingiu especialmente os países mais fracos da União Europeia, Portugal entre eles. O governo de centro-direita da coligação Portugal à Frente (PSD-CDS-PP) que se manteve no poder de 2011 a 2015, se esgotou

e teve de dar passagem à coligação opositora, dirigida pelo Partido Socialista, que arrastou o Bloco de Esquerda e o estalinista PCP. As melhorias salariais e trabalhistas, os benefícios sociais e a redução do endividamento foram, aos poucos, sendo minadas pela desindustrialização, pela migração de jovens portugueses desempregados que passaram a buscar ocupação nos países centrais, pela imigração acelerada de estrangeiros africanos e latinos, pelo retorno da violência etc.

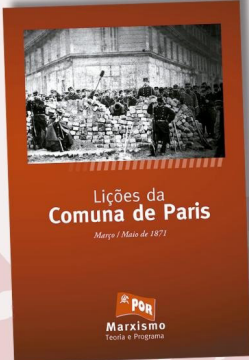
A incapacidade do PS em apresentar uma saída a este quadro de impacto da crise mundial capitalista, guerra na Ucrânia e afundamento da economia europeia em meio à guerra comercial EUA-China, foi determinante para minar suas posições. A ultradireita portuguesa se alimenta da crise política e social do regime. Nesse sentido, é parte das tendências gerais que vem se viabilizando em outros países (Itália, Eslováquia, Holanda, Hungria e mais recentemente na França). A incapacidade de assegurar uma maioria segura, forçará o PSD e sua coligação a negociar um bloco com o Chega. O PS, BE e PCP ensaiarão seu papel de oposição parlamentar e democrática e, diante da ultradireita, podem ressuscitar a velha coligação.

Nem a centro-direita, nem a esquerda burguesa e pequeno-burguesa e, menos ainda a ultradireita xenófoba, poderão indicar uma saída para os explorados portugueses. O proletariado português necessita desembaraçar-se de suas direções traidoras e colaboracionistas (do estalinismo à socialdemocracia) e construir seu partido marxista-leninista-trotskista. Apenas a revolução proletária, que exproprie a burguesia, e ponha na ordem do dia o desmonte do bloco imperialista, (incluindo sua aliança militar) e a constituição dos Estados Unidos Socialistas da Europa, poderá apresentar um solução real a todo os oprimidos e alicerçar uma sociedade sem explorados nem exploradores.



153 ANOS DA COMUNA DE PARIS




CONHEÇA NOSSO LIVRO



LIÇÕES DA COMUNA DE PARIS

Este livro é parte da luta pela superação da crise de direção e recuperação do terreno perdido para a contrarrevolução. As lições, derrotas e vitórias nunca se perdem. Nossa tarefa é a de mantê-las e usá-las como arma do proletariado.

Entre em contato para adquirir

 pormassas.org
 [massas.por](https://www.instagram.com/massas.por)
 (11) 9 5446-2020

LANÇAMENTO!

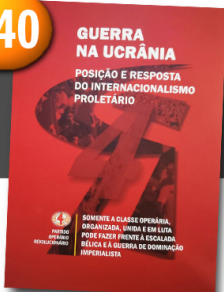
GUERRA NA UCRÂNIA

Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

GUERRA NA UCRÂNIA

POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO



Somente a classe operária, organizada, unida e em luta pode fazer frente à escalada bélica e à guerra de dominação imperialista.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

LANÇAMENTO!

PALESTINA


Posição e resposta do internacionalismo proletário

R\$ 40

PALESTINA

GUERRA NA FAIXA DE GAZA E GENOCÍDIO DO POVO PALESTINÊ

POSICÃO E RESPOSTA DO INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO



Somente a classe operária e os demais trabalhadores, organizados, unidos e em luta podem derrotar o Estado sionista de Israel, os Estados Unidos e aliados.

Adquira já com o distribuidor do Jornal Massas.

Trotsky e a Ucrânia

Diante da guerra na Ucrânia, a vigência das formulações de Trotsky

Dois anos da guerra na Ucrânia

No Jornal Massas 709, expusemos a posição programática de Trotsky que consta no documento “A Questão Ucrâniana”, de abril de 1939, Escritos, tomo X, 1938-1939, vol. 2, Editorial Pluma. O objetivo é o de demonstrar que a atual guerra travada em território ucraniano tem suas raízes no passado distante, quando ainda a URSS existia e se encontrava envolvida na Segunda Guerra Mundial. Evidentemente, a derrocada da URSS em 1991 e a invasão da Rússia em 24 de fevereiro de 2022 à Ucrânia, nas condições de ofensiva do imperialismo e cerco da OTAN, expressam situações distintas da de 1939. No entanto, a questão da autodeterminação da nação oprimida, como é o caso da Ucrânia, tem seus fundamentos no passado. Exporemos agora o documento “A independência da Ucrânia e o confusioanismo sectário”, de 30 de julho de 1939.

A independência da Ucrânia e o confusioanismo sectário



O que motivou Trotsky a escrever esse artigo, publicado no “Socialist Appeal”, do SWP norte-americano, que depois se transformou no jornal “The Militant”, foi uma crítica à posição expressa no “A Questão Ucrâniana”. O crítico acusou Trotsky de desconhecer os interesses da URSS e, assim, se “afastar da concepção da revolução permanente”. Qualificou-o de “centrista”. O crítico “implacável” simplesmente desconhecia “o crescimento das tendências separatistas na Ucrânia”. A tarefa era a de “dar-lhes uma expressão política correta”. De nada adiantava a especulação feita pelo crítico de que “se os operários da Ucrânia soviética derrubassem o estalinismo e restabelecesse um Estado operário genuíno” não se colocariam pela “separação do restante da URSS”. Esse argumento inquestionável carecia de realidade, uma vez que, segundo Trotsky, teria de responder antes de tudo às tendências concretas do separatismo. O crítico se utiliza inclusive das teses da Oposição de Esquerda afirmando que não se tratava de “defender uma União soviética degenerada, mas sim a revolução mundial triunfante que transformaria o mundo em uma União Soviética mundial”. Com esse “apriorismo”, o crítico desconhece que “o triunfo da revolução proletária em escala mundial é produto final de muitos movimentos, campanhas e batalhas, e não uma condição pré-fabricada para a solução automática de todos os problemas”.

O fato é que a questão ucraniana colocava à luz do dia o direito à autodeterminação nacional. Por ser uma tarefa democrática do capitalismo, cabia à burguesia resolvê-la, mas já não o podia fazê-lo. Essa tarefa havia passado para as mãos do proletariado revolucionário, de forma que “as tarefas democráticas se entrelaçam com as socialistas”. Com essa explicação, Trotsky rechaça a acusação de centrista e de que estaria se afastando da teoria da revolução permanente.

Trotsky recorre ao percurso realizado pela revolução

proletária, sob a direção do Partido Bolchevique. Explica: “A estrutura federada da União Soviética é fruto de um compromisso entre o centralismo que exige uma economia planificada e uma descentralização necessária para o desenvolvimento das nações que no passado se achavam oprimidas. Construído o Estado operário sobre a base do princípio do compromisso de uma federação, o Partido Bolchevique imprimiu na Constituição o direito das nações à separação completa, indicando desse modo que não considera resolvida definitivamente e para sempre a questão nacional”. (...) “A agitação abstrata em favor do centralismo não tem grande peso por si mesma. Como dissemos, a federação foi um desvio necessário do centralismo. É preciso acrescentar também que a composição da federação não permanece de antemão estabelecida para sempre. Segundo as condições objetivas, o desenvolvimento de uma federação pode tender a um maior centralismo ou, pelo contrário, a uma independência mais ampla de seus componentes nacionais. Politicamente, não se trata de se é conveniente ‘em geral’ que diversas nacionalidades convivam dentro dos marcos de um Estado único, senão de se cada nacionalidade em base à sua própria experiência considera vantajoso aderir a um determinado Estado”.

Considerando, objetivamente, a situação da Ucrânia, era fundamental ter claro que “as massas ucranianas se mostravam irreconciliavelmente hostis à burocracia soviética”. A “supressão de independência ucraniana” estava na base do surgimento das tendências separatistas. Trotsky mostra que “em nenhuma parte os expurgos e repressões assumiram um caráter tão selvagem e massivo como na Ucrânia”. É nessas condições que o nacionalismo ucraniano emergia e ganhava força. Trotsky conclui: “Isso significa que a vanguarda proletária permitiu que o movimento nacional ucraniano escapasse das mãos e que esse movimento foi muito longe no caminho do separatismo”.

A IV Internacional, ao defender o direito à autodeterminação e separação da Ucrânia, não fazia senão aplicar o

programa bolchevique diante da evidente opressão exercida por meio do centralismo burocrático. Estava de acordo com o desenvolvimento da questão nacional nos marcos da URSS. Vejamos essa formulação: “(...) apesar do gigantesco avanço realizado pela Revolução de Outubro no terreno das relações internacionais, a revolução proletária, isolada em um país atrasado, foi incapaz de resolver a questão nacional, especialmente a ucraniana, que é, em essência de caráter internacional. A reação termidoriana, coroada pela burocracia bonapartista, fez com que as massas retrocedessem também na esfera nacional”. Esse conflito se passava quando avultava “a reação termidoriana na URSS”, ocorria “a derrota de uma quantidade de revoluções e advinham “os triunfos do fascismo”.

Trotsky evidencia os equívocos da crítica à bandeira de uma Ucrânia independente. Preso ao mecanicismo, não poderia entender que “a consigna de uma Ucrânia independente dirige seus dardos diretamente contra a burocracia de Moscou e permite à vanguarda proletária nuclear as massas

camponesas”. Ao mesmo tempo, essa “consigna dá ao partido proletário a oportunidade de jogar um papel dirigente no movimento nacional ucraniano da Polônia, Romênia e Hungria”. (...) “A consigna de uma Ucrânia soviética independente é de importância excepcional para mobilizar as massas e educá-las no período de transição”. (...) “Os nacionalistas ucranianos consideram correta a consigna de uma Ucrânia independente. Mas se opõem a relacionar essa consigna com a revolução proletária. Querem uma Ucrânia independente democrática e não soviética”. (...) A esperança de que a Ucrânia relativamente pobre e atrasada possa estabelecer e manter um regime democrático carece de todo o fundamento. Nem a independência da Ucrânia duraria muito nos marcos do imperialismo”.

A resposta de Trotsky conclui rechaçando a acusação de centrismo. De fato, o seu crítico se comporta como um sectário, e o sectário “é um oportunista que teme a si mesmo”.

(Escritos, Trotsky, Tomo XI, 1939-1940, vol. 1, Editorial Pluma)



Trotsky

32 anos da dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)

No Jornal Massas 705, por ocasião dos 32 anos da derrocada da URSS, começamos uma exposição sobre a luta de Trotsky contra as forças restauracionistas. Utilizamos, como início, a exposição dos Escritos de Trotsky. No Jornal Massas 706, dedicamos o estudo ao Tomo I, vol. 3. No Massas 707, tratamos do Tomo 1, vol 4. No Massas 708 expusemos dois artigos do Tomo II, vol. 1: “Aos Camaradas Búlgaros” e “Termidor e Bonapartismo”. No Jornal Massas, nº 709, resumimos o Tomo II, vol. 2: “Problemas do Desenvolvimento da URSS. Projeto de Teses da Oposição de Esquerda Internacional sobre a questão russa”. Agora, encerramos o Tomo II e damos continuidade com o tomo IV, vol.1.

No documento “Problemas do desenvolvimento da URSS”, de abril de 1931, publicado no Jornal Massas 709, Trotsky apresentará programaticamente a caracterização de classe da URSS, a sua relação com a economia mundial, o processo de burocratização do partido, os erros de orientação econômica da direção estalinista, o diagnóstico sobre os perigos da restauração, o prognóstico sobre a possibilidade de derrocada do sistema soviético e a linha da Oposição de Esquerda na luta contra a degeneração estalinista. Os “Problemas do desenvolvimento da URSS” contêm as principais formulações sobre a luta de Trotsky voltada à regenerar o partido e reorientar o desenvolvimento econômico da URSS sob os fundamentos do internacionalismo proletário.

No Tomo II, vol. 2, restou considerar o artigo “Resposta a um correspondente do Associated Press”, de julho de

1931. Evidentemente, o interesse desse órgão do imperialismo era o de especular sobre “o processo interno da União Soviética”. Trotsky esclarece: “Aproveito a oportunidade que você me dá para declarar novamente que minha atitude diante do regime soviético não mudou minimamente desde a época em que participei de sua criação”. O entrevistador queria saber de Trotsky “se a nova orientação proclamada no recente discurso de Stalin implicava uma virada para o capitalismo”. No fundo da pergunta, estava a especulação se Trotsky achava que a URSS estava à beira da restauração. A resposta foi: Não. Essa conclusão carece de fundamentos”.

Eliminada a manobra da pergunta, Trotsky aproveita para deixar claro que o estalinismo encerrava o perigo do termidor. Eis: “É indiscutível que a atual virada à direita,

provocada pelos erros anteriores da direção, implica um fortalecimento inevitável e conjuntural das tendências e forças burguesas. Mas, na medida em que esteja salvaguardada a propriedade estatal da terra e de todos os meios de produção básicos, de nenhuma maneira significa ainda um ressurgimento do capitalismo. Esse ressurgimento é inconcebível sem a restauração pela força da propriedade privada dos meios de produção, o que exigirá o triunfo da contrarrevolução”. Essa resposta reforça as posições dos “Problemas do desenvolvimento da URSS”. Diante de uma situação profundamente contraditória, Trotsky alerta: “Com isso não pretendo negar que a nova virada implica certos perigos políticos. A luta contra esses perigos exige o ressurgimento da atividade política independente das massas, suprimida pelo regime burocrático de Stalin”. Assim, assinala a tarefa da Oposição de Esquerda: “Com a regeneração dos soviets, do partido e dos sindicatos, a Oposição de Esquerda ocupará natural e inevitavelmente seu lugar nas fileiras afins”.

Nessa breve passagem, está sintetizada a linha programática formulada por Trotsky. Apesar do avanço da burocratização, que levou ao desbaratamento da Oposição de Esquerda russa e a expulsão de Trotsky, os fundamentos originais do sistema soviético continuavam intactos. A questão estava em que não poderia continuar intacto se a classe operária e os demais trabalhadores não se lançassem a recuperar a democracia soviética. Da resistência das massas, dependia a reorganização da fração revolucionária no interior da URSS e, certamente, no exterior.

Nesse mesmo mês de julho, Trotsky escreve “Algumas ideias sobre a etapa e as tarefas da Oposição de Esquerda”. Reconhece que a fração revolucionária marcha na contracorrente, embora a crise capitalista vinha se aprofundando desde 1929 e se erguia uma “maré revolucionária”. Enfrentar a ditadura estalinista, nessas condições, era muito difícil. Em síntese: “A etapa que estamos vivendo se caracteriza pelo fato de que o capitalismo se afundou ainda mais profundamente no marasmo da crise, enquanto que a União Soviética avançou em uma proporção que cresce constantemente”. Os Partidos Comunistas estalinizados se fortaleciam em várias partes do mundo, e a Oposição de Esquerda se achava enfraquecida, limitando suas atividades ao plano da propaganda. Era preciso, porém, se orientar não só pelo diagnóstico da situação conjuntural, mas, sobretudo, pelo prognóstico: 1) o perigo consiste em que na próxima etapa o mundo pode apresentar uma situação até certo ponto

oposta. Mais especificamente, o capitalismo sairá da crise e na União Soviética explodirão as contradições e desproporções, produtos da pressão burocrática, como revelou o último discurso de Stalin; 2) “Os operários avançados só podem comprovar as vantagens revolucionárias da Oposição de Esquerda na experiência viva, mas é preciso aprender a selecionar os problemas mais vitais, candentes e principistas, e combater por eles sem se dispersar em bagatelas e detalhes”.

Como se vê, a fortaleza da Oposição de Esquerda estava em ter uma clara compreensão histórica da gestação do terrível no seio do Estado Operário, do momento econômico e social da URSS, do marco geral de desintegração do capitalismo, da resistência das massas, do “segundo plano” em que se encontravam “os problemas estratégicos”. De conjunto, essas condições indicavam um árduo percurso a ser percorrido pela Oposição de Esquerda que se achava em situação embrionária do ponto de vista de sua organização no interior da classe operária.

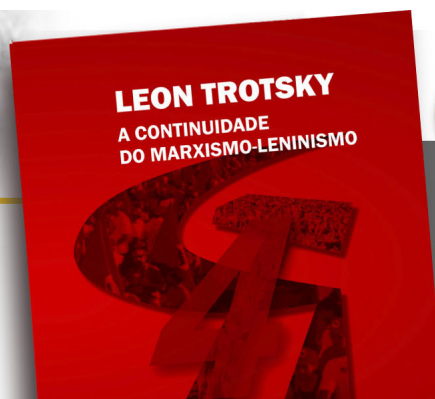
Concluímos as exposições do Tomo II, vol.2. No tomo III, volumes I e II, não encontramos formulações sobre o processo de restauração que exigissem a exposição. Passamos, assim, ao Tomo IV, vol. 1.

Em dezembro de 1932, Trotsky redigiu “Tarefas e métodos da Oposição de Esquerda Internacional”. A pré Conferência, realizada em Paris de 4 a 8 de fevereiro de 1933, aprovou o documento introduzindo emendas. O documento é introduzido com uma explicação sobre a origem da Oposição de Esquerda na URSS. Assinala a essência da divergência e os golpes desferidos pela burocracia estalinista à Oposição de Esquerda. Eis: “Depois de substituir o programa da revolução internacional pelo do reformismo nacional, se fez da teoria do socialismo em um só país sua doutrina oficial. A ala esquerda do proletariado caiu sob os golpes da burocracia soviética aliada às massas pequeno-burguesas, majoritariamente camponesas e os setores atrasados da própria classe operária. Essa é a dialética da substituição do leninismo pelo estalinismo”. A vitória da reação contra a Oposição de Esquerda, no entanto, se deu nas condições em que ainda se mantinha as bases sociais do regime soviético. Daí a conclusão: “A defesa incondicional da União Soviética contra o imperialismo mundial é uma tarefa tão elementar para todos os operários revolucionários, que a Oposição de Esquerda não tolera em suas fileiras vacilações nem dúvidas a respeito”.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY **A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO**

“Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

A seguir, se estabelece “Princípios fundamentais da Oposição de Esquerda”. Destacamos o ponto da URSS: “3. Reconhecimento do Estado soviético como Estado operário, apesar da crescente degeneração do regime burocrático; obrigação incondicional de todos os operários de defender o Estado soviético diante do imperialismo e da contrarrevolução interna”. Neste momento, a Oposição de Esquerda ainda se reivindicava como “fração do Comintern e dos Partidos Comunistas nacionais”. Sua tarefa era de “defender a União Soviética diante do perigo do Termidor (...)”. “A linha da fração significa tomar o caminho da reforma interna do partido e do Estado operário”. Não exporemos os demais aspectos como sobre a democracia partidária, as críticas ao esquerdismo etc.

Em 11 de janeiro de 1933, Trotsky publica “O perigo do Termidor”. Trata-se de uma resposta ao discurso de Stalin pronunciado no Comitê Central. Trotsky expõe a mecânica das relações de classe, principalmente entre o proletariado minoritário e o campesinato. Indica que os camponeses ricos (kulacs) “aspiram ao capitalismo”. Critica a orientação estalinista da “destruição mecânica dos kulacs”. O combate às pressões dos camponeses voltados à acumulação depen-

dia de a classe operária minoritária dirigir de fato o Estado. A orientação econômica destinada a realizar uma “a troca equitativa dos produtos industriais e agrícolas era o caminho para se chegar à coletivização massiva”. (...) “A ditadura do proletariado só se afirma quando se garante o intercâmbio voluntário”. Assim, Trotsky critica a “expropriação forçada”. Os desvios de erros do Estado operário diante do campesinato favoreciam as forças restauracionistas.

Recuperando o sentido histórico do termidor, Trotsky conclui: “A contrarrevolução pequeno-burguesa, que realmente acredita ser revolucionária, que não quer o domínio do capital, mas que inevitavelmente o prepara: isto é o Termidor”. (...) “Na União Soviética, somente o campesinato pode ser converter em uma força que impõe o termidor. Para que isso ocorra, teria de se separar totalmente do proletariado. A destruição das relações normais entre a cidade e o campo, a coletivização administrativa, o confisco forçado dos produtos da economia rural, situa o campesinato diante do Estado soviético de maneira não menos frontal que no inverno de 1920-1921 (...)”.

Dando continuidade a essa crítica, Trotsky, em 3 de março de 1933, publica “Sinal de alerta”. Retoma a análise de que a União Soviética se encontrava em uma boa posição diante da crise do capitalismo mundial. O que demonstrava, do ponto de vista da “perspectiva histórica geral” a plena justificativa da Revolução de Outubro. A contradição se manifestava internamente com as ações da burocracia estalinista que destruiu o regime soviético. Teria de se observar como esse processo se desenvolveria. A vanguarda revolucionária não poderia ficar de braços cruzados à espera. Era muito importante, assim, se guiar pelo prognóstico histórico. Haveria de “calcular (...) em termos de décadas”. Eis a previsão: “Em última instância, a queda do regime soviético somente seria um episódio histórico. Mas, se ocorrer, se tornaria em um dos episódios mais terríveis de toda a história. Nossa única tarefa consiste em impedi-lo. No entanto, o perigo se aproxima mais e mais. Que soe o alarme! Temos de dar o sinal de alerta!”.

Essa formulação passou a ser de extrema importância para a luta da Oposição de Esquerda, que se erguia como a única força política que procurava despertar no proletariado russo e mundial o programa da revolução mundial como condição para se derrotar as forças da restauração capitalista na URSS.

(Extraído Escritos, Trotsky, Tomo IV, vol. 1, 1932-1933)

LANÇAMENTO LIVRO

Adquira com um distribuidor do Jornal Massas ou entre em contato para saber mais

Escute o Massas, podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

Milite no POR, um partido de quadros marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
 nossa.classe@hotmail.com - pormassas.org - @massas.por - anchor.fm/por-massas - (11) 95446-2020

